

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**POR QUE (E POR QUE NÃO) REJEITAR O MONISMO  
ANÔMALO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Marcelo Fischborn**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2014**

# **POR QUE (E POR QUE NÃO) REJEITAR O MONISMO ANÔMALO**

**Marcelo Fischborn**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Área de Concentração em Filosofia Teórica e Prática, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Filosofia**

**Orientador: Prof. Rogério Passos Severo**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2014**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo autor.

Fischborn, Marcelo

Por que (e por que não) rejeitar o monismo anômalo /  
Marcelo Fischborn. –2014.

75 p.; 30 cm.

Orientador: Rogério Passos Severo .

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, RS, 2014.

1. Monismo Anômalo 2. Causação Mental 3. Epifenomenismo 4. Donald Davidson  
I. Severo, Rogério Passos II. Título.

O autor licenciou este trabalho sob uma licença Creative Commons:  
Atribuição-Não-Comercial-SemDerivações 4.0 Internacional



**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado**

**POR QUE (E POR QUE NÃO) REJEITAR O MONISMO ANÔMALO**

elaborada por  
**Marcelo Fischborn**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Filosofia**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Rogério Passos Severo, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

**Gilberto Lourenço Gomes, Dr. (UENF)**

**Wilson John Pessoa Mendonça, Dr. (UFRJ)**

Santa Maria, 21 de fevereiro de 2014

## DEDICATÓRIA

Para Natália e Davi

## AGRADECIMENTOS

Contei com a ajuda de inúmeras pessoas ao longo da escrita desta dissertação e gostaria de expressar aqui a minha gratidão. Agradeço primeiramente ao meu orientador, Rogério Passos Severo, pela incentivo e dedicação incansáveis nesses mais de dois anos de trabalho.

Agradeço aos membros da banca, Gilberto Gomes, Wilson Mendonça e Frank Thomas Sautter, pelos comentários oportunos, e àqueles que tiveram a paciência de ler e criticar versões anteriores dos trabalhos aqui reunidos: André Joffily Abath, César Shirmer dos Santos, Flavio Williges, Gilson Olegario da Silva, Márlon Henrique dos Santos Teixeira, Renato Duarte Fonseca e dois pareceristas anônimos da revista Manuscrito que rejeitaram uma versão anterior do Artigo 3.

A Bruno de Pra Michels, Bruno Ramos Mendonça, Gabriel Henrique Dietrich, Jonatan Willian Daniel, Kariel Antonio Giarolo, Laura Machado do Nascimento e Tamires Dal Magro agradeço pelo companheirismo e conversas instrutivas ao longo dos últimos anos.

Agradeço também a Marcia Cavell, por ter gentilmente autorizado a tradução de alguns artigos de Davidson, o que foi fundamental para meus primeiros contatos com sua obra. E também a Susan Pockett, Neil Campbell, David Frost, Amir Horowitz e Jens Harbecke pelas respostas a meus e-mails não-solicitados sobre tópicos específicos desta dissertação.

Agradeço a meus familiares pelo apoio constante, em especial a meus pais, Clóvis e Fátima, irmãos, Luciano e Bruno, tias, Ana e Rita, avó, Ivone, avós Nilce e Hardy (em memória), meu primo, Mateus, e meus sogros, Amarildo e Neusa. E agradeço de modo especial às duas pessoas a quem dedico este trabalho: Natália, pelo amor, companheirismo e compreensão, e Davi, pela alegria contagiante e pelo crescimento que me proporcionou ao longo dos últimos dois anos.

E agradeço à CAPES, pela bolsa de estudos recebida.

## EPÍGRAFE

If we are to put Davidson behind us [...] we ought to do so for the right reasons. (John Heil 2008, p. 98)

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia  
Universidade Federal de Santa Maria

### **POR QUE (E POR QUE NÃO) REJEITAR O MONISMO ANÔMALO**

AUTOR: MARCELO FISCHBORN

ORIENTADOR: ROGÉRIO PASSOS SEVERO

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 21 de fevereiro de 2014

O monismo anômalo é uma teoria em filosofia da mente proposta por Donald Davidson na década de 1970. Embora influente na época, essa teoria recebeu inúmeras críticas e é atualmente amplamente rejeitada. A presente dissertação argumenta em favor de uma revisão das razões pelas quais o monismo anômalo deve ser rejeitado. De acordo com uma objeção bem conhecida na literatura, o monismo anômalo implica a tese do epifenomenismo de propriedades e deve ser rejeitado porque essa consequência é inaceitável. Propõe-se que essa objeção é inadequada em seus dois passos cruciais. Em primeiro lugar, o epifenomenismo de propriedades não parece seguir do monismo anômalo, e, em segundo, não parece haver razões suficientes para uma rejeição decisiva do epifenomenismo de propriedades. Apesar disso, há razões alternativas para se rejeitar o monismo anômalo, que dizem respeito à justificação da tese monista. Pelo menos uma das premissas que Davidson empregou em sua defesa parece falsa, e, adicionalmente, a própria possibilidade do monismo em questão é ameaçada por dificuldades na ontologia de eventos que pressupõe.

**Palavras-chave:** Monismo anômalo. Causação Mental. Epifenomenismo. Donald Davidson.



## ABSTRACT

Master's Dissertation  
Post-Graduate Program in Philosophy  
Federal University of Santa Maria

### WHY (AND WHY NOT) REJECT ANOMALOUS MONISM

AUTHOR: MARCELO FISCHBORN

ADVISER: ROGÉRIO PASSOS SEVERO

Date and Place of the Defense: Santa Maria, February 21<sup>st</sup>, 2014

Anomalous monism is a theory in the philosophy of mind put forth by Donald Davidson in the 1970s. Although influential at the time, it received numerous criticisms, and it is now widely rejected. The present Master's Dissertation argues for a revision of the reasons for which anomalous monism should be rejected. According to a well known objection in the literature, anomalous monism entails the thesis of property epiphenomenalism, and should be rejected because this consequence is unacceptable. It is proposed that this objection is inadequate in its two crucial steps. First, property epiphenomenalism does not seem to follow from anomalous monism, and, second, there seems to be no sufficient reason for a decisive rejection of property epiphenomenalism. Despite this, there are alternative reasons for rejecting anomalous monism, which concern the justification of the monist thesis. At least one of the premises Davidson takes to support it appears to be false, and, additionally, the very possibility of the monism at issue is threatened by problems in the ontology of events it assumes.

**Keywords:** Anomalous Monism. Mental Causation. Epiphenomenalism. Donald Davidson.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>ARTIGO 1: MONISMO ANÔMALO: UMA RECONSTRUÇÃO E REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>14</b>
Introdução.....	14
1. A ontologia de eventos como particulares.....	15
2. O argumento para o monismo.....	18
3. O argumento para a anomalia e irreducibilidade do mental.....	19
4. Recepção crítica e estado da arte.....	24
Conclusão.....	26
Referências.....	26
<b>ARTIGO 2: O MONISMO ANÔMALO IMPLICA O EPIFENOMENISMO DE PROPRIEDADES?....</b>	<b>30</b>
Introdução.....	30
1. A tese do epifenomenismo de propriedades.....	31
2. O argumento para o monismo anômalo.....	32
3. As críticas de epifenomenismo de Honderich e Kim.....	33
4. Uma resposta às críticas de epifenomenismo.....	35
Conclusão.....	41
Referências.....	41
<b>ARTIGO 3: THE DENIAL OF PROPERTY EPIPHENOMENALISM IN OBJECTIONS TO ANOMALOUS MONISM.....</b>	<b>44</b>
Introduction.....	44
1. Anomalous monism and the charge of epiphenomenalism.....	45
2. Arguments against property epiphenomenalism.....	46
3. Assessing arguments against property epiphenomenalism.....	51
Conclusion.....	58
References.....	59
<b>ARTIGO 4: WHY WE SHOULD REJECT ANOMALOUS MONISM.....</b>	<b>62</b>
Introduction.....	62
1. The argument for anomalous monism.....	63
2. Physics and strict laws.....	65
3. Monism and anomalism independently considered.....	67
Conclusion.....	70
References.....	70
<b>DISCUSSÃO.....</b>	<b>73</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>75</b>

## INTRODUÇÃO

O monismo anômalo é uma teoria em filosofia da mente defendida por Donald Davidson no artigo “Mental events” (Eventos mentais), publicado originalmente em 1970. Essa teoria diz que eventos mentais são eventos físicos (monismo), mas que enunciados que empregam o vocabulário mental são irreduzíveis a enunciados puramente físicos, pois o vocabulário mental não se deixa incluir em leis científicas estritas (anomalia do mental). Esta dissertação oferece uma avaliação do monismo anômalo, bem como de algumas das objeções que lhe foram feitas, e compõe-se de quatro artigos, além de uma seção de discussão e uma conclusão geral.<sup>1</sup> Os artigos são relativamente independentes, mas oferecem, em conjunto, uma visão unificada sobre o estado atual do monismo anômalo. No restante desta introdução, apresento um panorama geral de como esses itens estão organizados.

O ARTIGO 1, “Monismo anômalo: Uma reconstrução e revisão da literatura”, faz uma apresentação geral do monismo anômalo, do pano de fundo teórico sobre o qual é formulado, de sua estrutura argumentativa, e também indica as principais linhas de crítica que recebeu. Essa reconstrução inicial oferece as direções da investigação que é conduzida nos artigos seguintes.

Uma das objeções identificadas no primeiro artigo é aquela que provavelmente se tornou a mais popular na discussão do monismo anômalo: a objeção de epifenomenismo. Essa objeção é o foco dos ARTIGOS 2 e 3, e diz que o monismo anômalo acarreta a impotência causal das propriedades mentais dos eventos, uma tese conhecida como ‘epifenomenismo de propriedades’. Por considerarem essa consequência inaceitável, os críticos pensam que temos aí uma boa razão para rejeitar o monismo anômalo. De modo simplificado, podemos expressar essa objeção no seguinte *modus tollens*:

- a.  $MA \rightarrow EP$
- b.  $\sim EP$
- c. Logo,  $\sim MA$ .<sup>2</sup>

---

1 Este formato é previsto pelo regulamento sobre teses e dissertações da UFSM. Os artigos serão posteriormente submetidos a periódicos especializados. Devido a esse formato, algumas repetições foram inevitáveis e, por isso, indiquei em notas algumas passagens que poderão ser puladas.

2 Leia-se: ‘MA’ = monismo anômalo e ‘EP’ = epifenomenismo de propriedades. Uma das razões pelas quais esse modelo é simplificado é que não é estritamente o monismo anômalo que é dito implicar EP, mas algumas das premissas que Davidson adotou para defendê-lo.

De acordo com esse argumento, então, (a) afirma que o monismo anômalo implica o epifenomenismo de propriedades; (b) afirma que o epifenomenismo de propriedades é falso; e, a partir disso, (c) conclui que o monismo anômalo também é falso.

A premissa (a) é o objeto de investigação do ARTIGO 2, “O monismo anômalo implica o epifenomenismo de propriedades?”. Esse artigo busca mostrar que essa premissa é falsa, ou seja, que o monismo anômalo (em conjunção com as premissas que Davidson empregou em sua defesa) não implica o epifenomenismo de propriedades. Os proponentes da objeção de epifenomenismo falharam em notar certos pressupostos da metafísica de eventos e da causalidade adotada no monismo anômalo, e por isso introduzem no contexto da discussão teses que Davidson não endossou, e que, argumento, não parece que deveria ter endossado. Se isso é correto, a objeção de epifenomenismo não permite refutar decisivamente o monismo anômalo.

O ARTIGO 3, “The denial of property epiphenomenalism in objections to anomalous monism”, por sua vez, investiga a premissa (b) da objeção de epifenomenismo. A tese de que o epifenomenismo de propriedades é falso foi raramente questionada na discussão filosófica contemporânea sobre causação mental, e também na discussão específica sobre o monismo anômalo. Todavia, argumento, as razões que ocasionalmente foram apresentados em seu favor não são conclusivas. Sem defender que o epifenomenismo de propriedades é verdadeiro, sustento que essa é uma possibilidade atualmente em aberto, especialmente se uma versão não-reducionista de materialismo similar ao monismo anômalo for viável. Consequentemente, a objeção de epifenomenismo mostra-se novamente insuficiente para justificar uma rejeição do monismo anômalo. Os ARTIGOS 2 e 3, assim, oferecem dois argumentos independentes contra a objeção de epifenomenismo. Sua lição negativa é que, contrariamente a uma concepção bastante difundida, não devemos rejeitar o monismo anômalo com base na objeção de epifenomenismo.

Qual é então o estado atual do monismo anômalo, se é verdade, como sugiro, que a objeção provavelmente mais influente que recebeu não é bem sucedida? É a essa questão que se atém o ARTIGO 4, “Why we should reject anomalous monism”, o último desta dissertação. Apesar da objeção de epifenomenismo ter tido um grande destaque, o monismo anômalo é amplamente rejeitado atualmente por uma variedade de razões. Com essa constatação em vista, sistematizo nesse último

artigo um conjunto de objeções que penso serem as mais decisivas para justificar uma rejeição do monismo anômalo. Argumento que os problemas mais sérios do monismo anômalo residem na justificação da tese monista. Em primeiro lugar, há razões aparentemente boas para se rejeitar pelo menos uma das premissas do argumento que Davidson usou para defendê-la. Em segundo lugar, há razões para se duvidar da ontologia de eventos como particulares pressuposta pela tese monista, as quais colocam em questão a própria possibilidade do tipo de monismo sob consideração. Na falta de uma boa resposta a essas críticas, elas constituem uma base adequada para se rejeitar o monismo anômalo.

Por fim, as seções de DISCUSSÃO e CONCLUSÃO buscam integrar os resultados alcançados ao longo da dissertação. Em seu conjunto, os quatro artigos sugerem uma revisão das razões principais pelas quais deveríamos rejeitar o monismo anômalo. Ele não deve ser rejeitado por alguma consequência inaceitável, como propõe a objeção de epifenomenismo, mas por falhas naquilo que pode ser dito positivamente em seu favor.

# ARTIGO 1: MONISMO ANÔMALO: UMA RECONSTRUÇÃO E REVISÃO DA LITERATURA

**Abstract:** This paper reconstructs Donald Davidson's (1970) arguments for his theory of anomalous monism, and reviews the main criticisms it received. That theory is widely rejected nowadays, and given the numerous criticisms it received, it is reasonable to conclude that any rehabilitation attempt has a long way ahead. Yet the diversity of those criticisms suggests that there is no consensus on exactly why anomalous monism fails.

**Keywords:** Anomalous monism. Donald Davidson. Mental events. Physical events.

**Resumo:** Este artigo reconstrói os argumentos de Donald Davidson (1970) em favor de sua teoria do monismo anômalo e revisa as principais críticas que recebeu. Essa teoria é amplamente rejeitada atualmente e, dadas as inúmeras críticas recebidas, é razoável concluir que qualquer tentativa de reabilitação tem um longo caminho pela frente. Apesar disso, a diversidade dessas críticas sugere que não há consenso sobre por que exatamente o monismo anômalo fracassa.

**Palavras-chave:** Monismo anômalo. Donald Davidson. Eventos mentais. Eventos físicos.

## Introdução

O monismo anômalo é uma teoria em filosofia da mente defendida por Donald Davidson (1970). Essa teoria é *monista* porque diz que eventos mentais são eventos físicos; mas esse monismo é *anômalo* porque defende que (diferentemente do que aconteceria no domínio físico) não há leis estritas que permitam prever eventos mentais, ou reduzir teorias psicológicas a teorias físicas.<sup>1</sup> Davidson considera um evento mental se, e somente se, pode ser corretamente descrito em termos mentais, e físico se, e somente se, pode ser corretamente descrito em termos físicos (1970, p. 210-211). Descrições mentais são aquelas que incluem termos expressando atitudes proposicionais ('acreditar', 'querer', 'duvidar' etc.) e que criam contextos intensionais.<sup>2</sup> A tese monista, portanto, diz que eventos que têm descrições mentais têm também descrições físicas; a anomalia do mental restringe o tipo de conexão que pode haver entre os vocabulários físico e mental.

Este artigo apresenta a estrutura argumentativa do monismo anômalo e alguns de seus

---

1 Os termos 'mental' e 'psicológico' são usados como equivalentes ao longo deste trabalho, conforme a definição de Davidson, apresentada na sequência.

2 Por 'contexto intensional' Davidson refere-se a frases em que a substituição de termos coextensionais não garante a preservação da verdade. Por exemplo, do fato de que João acredita que está vendo a estrela da manhã não se segue que João acredita que está vendo a estrela da tarde (ainda que 'a estrela da manhã' e 'a estrela da tarde' refiram-se ao mesmo objeto). Vale notar que Davidson restringe o âmbito mental a eventos com conteúdo proposicional. Não fica claro, assim, que outros fenômenos caracteristicamente mentais sejam incluídos, como dores, ou estados qualitativos (ver, por exemplo, Melchert 1986, p. 274; Antony 2003, p. 2).

pressupostos, e revisa de modo panorâmico as principais críticas que lhe foram dirigidas. A Seção 1 apresenta a ontologia de eventos pressuposta no argumento para a tese monista, que é apresentada na Seção 2. Como veremos, essa ontologia de eventos apresenta como *possível* que eventos mentais tenham também descrições físicas, e o argumento para o monismo busca mostrar que, além de possível, eventos mentais têm, *de fato*, descrições físicas. A Seção 3, por sua vez, apresenta os argumentos para as teses da anomalia e irredutibilidade do vocabulário mental, e a Seção 4 apresenta algumas das principais críticas dirigidas ao monismo anômalo, e sugestões para uma avaliação do estado atual do monismo anômalo.

### 1. A ontologia de eventos como particulares

Seguindo a linguagem coloquial, poderíamos dizer que uma frase como “João notou que seu cachorro não estava em casa” fala de um evento mental. Mas como isso pode ser, dado que, como Davidson (2001, p. xvii) aponta, a frase não contém, aparentemente, nenhuma expressão linguística funcionando como uma descrição de, ou mesmo se referindo a, um evento? Garantir essa possibilidade é crucial para o monismo anômalo, pois, como indicamos acima, Davidson define o que é ser um evento mental ou físico a partir das descrições que podem ter.

Para avançar nessa questão, Davidson (1967b) buscou investigar a forma lógica de frases sobre ações e eventos, e propôs que contêm uma quantificação implícita sobre eventos. A justificativa para essa tese é que ela permite esclarecer certas relações inferenciais entre frases sobre ações que apresentam a chamada poliadicidade variável (Davidson 1967b, p. 107-108). Consideremos o seguinte exemplo fornecido pelo próprio Davidson:

1. Jones passou manteiga no pão, no banheiro, com uma faca, à meia-noite

Ao que parece, (1) implica outras frases, como:

2. Jones passou manteiga no pão
3. Jones passou manteiga no pão, no banheiro

Uma maneira de analisar (1), que *não* explica como essas inferências são possíveis, consiste em di-

zer que contém um predicado quinário do tipo ‘Passar manteiga (autor, alvo, local, meio, tempo)’. Seguindo essa alternativa, teríamos que conceber (2) como contendo um predicado binário e (3) como contendo um predicado ternário. Assim, (2) teria a forma ‘Passar manteiga (autor, alvo)’, e (3) ‘Passar manteiga (autor, alvo, local)’. O problema com essa sugestão é que predicados de diferentes aridades são, na verdade, predicados diferentes. Como consequência, não ficaria claro como, digamos, ‘Passar manteiga<sub>1</sub> (Jones, pão, banheiro, faca, meia-noite)’ implicaria ‘Passar manteiga<sub>2</sub> (Jones, pão)’. Por isso, Davidson conclui que essas construções não representam corretamente a forma lógica de (1), (2) e (3).

Como alternativa, Davidson propõe então que se analise (1) como contendo uma quantificação sobre eventos, como a seguir:

- 1'.  $\exists x$  (Passar manteiga (Jones, no pão,  $x$ ) & No banheiro ( $x$ ) & Com uma faca ( $x$ ) & À meia-noite ( $x$ ))

(1') quantifica sobre a variável para eventos,  $x$ , e consiste numa conjunção de predicções sobre essa variável. De maneira similar, analisaríamos (2) e (3) como:

- 2'.  $\exists x$  (Passar manteiga (Jones, no pão,  $x$ ))  
 3'.  $\exists x$  (Passar manteiga (Jones, no pão,  $x$ ) & No banheiro ( $x$ ))

Dessa maneira, propõe Davidson, fica fácil ver como (1) implica (2) e (3). A inferência de (2') ou de (3') a partir de (1') é válida porque instancia a regra mais geral da eliminação de conjunções (ver Davidson 1967b, p. 119; ver também a reconstrução de Glüer 2011, p. 173-174).

Essa análise da forma lógica fornece uma pista inicial de como poderíamos dar sentido à possibilidade, exigida pela tese monista, de um mesmo evento ter diferentes descrições (digamos, uma mental e uma física). Para entender qual é essa pista, podemos considerar as duas frases a seguir que, seguindo o modelo recém considerado, forneceriam, respectivamente, a forma lógica de ‘Jones decidiu ir de ônibus’ e ‘Uma atividade elétrica de  $4 \mu V$  aconteceu na região  $R$ ’:



4.  $\exists x$  (Decisão (Jones, ir de ônibus,  $x$ ))
5.  $\exists x$  (Atividade elétrica ( $x$ ) &  $4 \mu V$  ( $x$ ) & Em  $R$  ( $x$ ))

Por instanciação do existencial (na lógica clássica de predicados), podemos inferir:

6. Decisão (Jones, ir de ônibus,  $a$ ) [4, instanciação do existencial]
7. Atividade elétrica ( $b$ ) &  $4 \mu V$  ( $b$ ) & Em  $R$  ( $b$ ) [5, instanciação do existencial]

Dadas (6) e (7), poderíamos agora simplesmente colocar a questão:  $a=b$ ? Em outras palavras, estaríamos perguntando se um evento descritível por “Jones decidiu ir de ônibus” é idêntico a certo evento que descritível como “Uma atividade elétrica de  $4 \mu V$  aconteceu na região  $R$ ”.

Quais seriam as condições de verdade ou falsidade de enunciados de identidade sobre eventos? Davidson aceita que, para postular eventos como uma categoria ontológica própria, é necessário fornecer um critério adequado sobre a identidade de eventos – “Nenhuma entidade sem identidade”, na expressão de Quine (ver Davidson 1969, p. 164). Em sua primeira tentativa de fornecer tal critério, Davidson sugeriu que “eventos são idênticos se e somente se têm exatamente as mesmas causas e efeitos” (1969, p. 179). Uma crítica decisiva a esse critério foi apresentada por Quine (1985, p. 166) que argumentou ser circular “individuar eventos quantificando sobre os próprios eventos”. Isso porque causas e efeitos são também eventos e, dessa maneira, o critério diria que eventos são idênticos se, e somente se, são causas e efeitos exatamente dos mesmos *eventos*. Em resposta, Davidson aceitou a crítica de Quine, e passou a adotar sua proposta de que eventos, similarmente a objetos físicos, são idênticos se, e somente se, “ocupam os mesmos lugares nos mesmos instantes” (Davidson 1985, p. 309).

Veremos mais adiante (Seção 4) que a ontologia de eventos suposta por Davidson no monismo anômalo recebeu algumas críticas. Por ora, vale destacar que essa ontologia de eventos é pressuposta no argumento para a tese monista que é apresentado a seguir. Sendo assim, quaisquer problemas com a ontologia de eventos serão também problemas para o monismo anômalo como um todo.

## 2. O argumento para o monismo

De acordo com a reconstrução mais usual, e que foi induzida pelo próprio Davidson, o argumento em favor da tese monista compõe-se de três premissas (citadas de Davidson 1970, p. 208):

- P1. Interação causal: “ao menos alguns eventos mentais interagem causalmente com eventos físicos”.
- P2. Caráter nomológico da causalidade: “eventos relacionados como causa e efeito caem sob leis deterministas estritas”.
- P3. Anomalia do mental: “não há leis deterministas estritas com base nas quais eventos mentais possam ser previstos e explicados”.<sup>3</sup>

Dado o critério anteriormente apresentado do que conta como um evento mental ou físico, a primeira premissa diz que há eventos que têm descrição mental que interagem com eventos que têm descrição física. A segunda premissa introduz a noção de uma ‘lei estrita’, que tem como uma de suas condições necessárias que a lei em questão não contenha cláusulas *ceteris paribus*, isto é, cláusulas do tipo “sendo tudo o mais igual” que permitam exceções (ver Davidson 1970, p. 219; 1993, p. 8-9; 1995, p. 266). A terceira premissa, por sua vez, nega que haja leis desse tipo formuladas em termos mentais.

Com essas premissas, Davidson oferece o seguinte raciocínio para derivar a tese monista:

Suponha que *m*, um evento mental, causou *p*, um evento físico [por P1]; então, sob alguma descrição *m* e *p* instanciam uma lei estrita [por P2]. Essa lei só pode ser física, de acordo com o último parágrafo [no qual P3 é defendida]. Mas se *m* cai sob uma lei física, ele tem uma descrição física. O que equivale a dizer que é um evento físico [monismo]. (1970, p. 224)

Como podemos ver, esse raciocínio recorre à possibilidade de um único evento ter simultaneamente uma descrição mental e uma descrição física, apontada anteriormente (Seção 1). Quando um evento com descrição mental causa ou é causado por um evento físico (por P1),<sup>4</sup> esse evento

3 Davidson (1970, p. 208, n. 3; 1995, p. 266) afrouxa a exigência de P2 de que as leis sejam ‘deterministas’, e faço o mesmo no que segue. O essencial para o argumento é que P3 negue que leis envolvendo termos mentais possam fornecer o tipo de leis que P2 exige para relações causais.

4 A primeira premissa, assim, impõe uma segunda restrição sobre o escopo do argumento, isto é, ele fala apenas de eventos mentais que interagem causalmente com eventos físicos (ver Davidson 1970, p. 208, 210; e Antony 2003, p. 2),

tem de ter uma descrição que figura numa lei causal estrita (por P<sub>2</sub>). Mas (P<sub>3</sub>) diz que não há leis desse tipo formuladas em termos mentais e, por isso, o evento com descrição mental tem de ter também uma descrição diferente, *não-mental*, que figure numa lei causal estrita.

Como alcançar a conclusão de que a descrição não-mental em questão é *física*? Como alguns autores notaram, Davidson precisa (e parece recorrer a) uma premissa adicional (ver Davidson 1970, p. 219, 223-224; 1993, p. 8; Johnston 1985, p. 411; Antony 2003, p. 3-4). Acompanhando Johnston, Antony (2003, p. 4) propõe uma quarta premissa:

P<sub>4</sub>. “Há leis estritas apenas na física”.

Com o auxílio dessa nova premissa, poderíamos concluir que eventos mentais que interagem causalmente com eventos físicos têm descrições que figuram numa lei estrita física, sendo, consequentemente, eventos físicos. Esse é, portanto, o argumento de Davidson em favor do monismo, que é dito anômalo por negar explicitamente a possibilidade de leis envolvendo termos mentais em uma de suas premissas.<sup>5</sup> Na Seção 4, veremos algumas das críticas que esse argumento recebeu.

### 3. O argumento para a anomalia e irreducibilidade do mental

Antes de considerar os argumentos que Davidson oferece em favor da anomalia do mental (P<sub>3</sub>), será conveniente tornar preciso o que essa tese nega. Poderemos fazer isso considerando uma versão simplificada do modelo de explicação e predição de eventos a partir de leis estritas que Davidson (1967a, p. 158) ofereceu. Nesse modelo, a ocorrência da causa ou do efeito pode ser inferida da conjunção de uma lei causal estrita com um enunciado que diz que o efeito ou a causa ocorreu.

Uma lei estrita em sua forma mais completa – uma lei causal “de pleno direito”, como Davidson a chama – tem a forma de uma conjunção:

$$L. \forall e (Pe \rightarrow \exists! f(Qf \& Cef)) \& \forall e (Qe \rightarrow \exists! f(Pf \& Cfe))^6$$

5 Antony (2003, p. 5) objeta que aceitar (P<sub>4</sub>) torna – contrariamente às pretensões originais de Davidson – a tese da anomalia do mental (P<sub>3</sub>) ociosa no argumento. Mas admite, ainda assim, que Davidson poderia simplesmente acrescentar a tese ao seu monismo para mantê-lo anômalo.

6 Esta é uma versão ligeiramente simplificada da análise feita por Davidson (1967a, p. 158).

A primeira parte de (L), isto é, o lado esquerdo da conjunção, diz que, para qualquer evento  $e$ , se  $e$  é P, então existe um segundo e único evento,  $f$ , que é Q, tal que  $e$  causa  $f$ . A segunda parte diz algo parecido, mas afirma que a ocorrência de um evento de tipo Q implica que houve um evento de tipo P que o causou. Em suma, (L) diz que eventos de tipo P e Q estão sempre relacionados como causa e efeito, respectivamente.

Suponhamos, então, que tenha ocorrido um evento,  $a$ , de tipo P:

E1.  $Pa$

Dados os enunciados (L) e (E1), poderíamos inferir a ocorrência de um segundo evento, de tipo Q, e que é efeito do evento de  $a$ :

E2.  $Qb \ \& \ Cab$

Com base nesse modelo, poderíamos dizer que os eventos  $a$  e  $b$ , sob as descrições 'P' e 'Q', são abrangidos pela lei estrita (L). Embora Davidson (1967a, p. 159) conceda formas menos exigentes de explicação ou predição de eventos, (P2) implica que todo evento que se relaciona causalmente com outros tem uma descrição que figura numa lei estrita como (L).

A função da tese da anomalia do mental (P3) no argumento para monismo, como vimos, é precisamente negar que eventos mentais que interagem causalmente com eventos físicos sejam abrangidos por leis estritas sob descrições mentais. Sendo assim, (P3) precisa negar que predicados mentais possam ocupar tanto a posição de 'P' como de 'Q' em leis como (L). Além disso, Davidson também nega, com base em (P1), que possa haver leis estritas puramente psicológicas, dada a restrição, já mencionada, a eventos mentais que interagem causalmente com eventos físicos, supostamente não-mentais (1970, p. 224, ver também Yalowitz 2012, seção 2.3). Assim, a tese da anomalia do mental nega a possibilidade de qualquer tipo de participação de predicados mentais em leis causais estritas como (L) – seja em leis mistas, com predicados mentais e físicos, por exemplo, ou em leis puramente psicológicas.

Por fim, a tese da anomalia do mental nega um terceiro tipo de lei, que Davidson chama de

'leis psicofísicas' e que correspondem ao que se costuma chamar de 'leis ponte' (*bridge laws*). Leis desse tipo não visam relacionar diferentes eventos causalmente, mas mostrar que dois predicados são coextensivos, isto é, valem de todos e apenas dos mesmos eventos. Elas têm a seguinte forma:

$$P. \forall e (Fe \leftrightarrow Me)$$

Entendendo-se 'F' como um predicado físico e 'M' como um predicado mental, (P) diria que 'F' é verdadeiro de todos e apenas os eventos dos quais 'M' é verdadeiro. Esse é, assim, o terceiro tipo de lei estrita envolvendo predicados mentais que a tese da anomalia do mental nega.<sup>7</sup>

Qual é, então, o argumento para a tese da anomalia do mental? Como Davidson (1970, p. 209) diz, a segunda parte de seu artigo "argumenta que não pode haver leis psicofísicas estritas". Ele reconhece que "isso não é bem o princípio da anomalia do mental, mas sob suposições razoáveis o implica" (p. 209). A argumentação para a anomalia do mental, assim, concentra-se em negar leis psicofísicas como (P), mas Davidson pensa que pode ser estendida para negar leis estritas como (L) envolvendo predicados mentais. De acordo com a leitura que parece a mais consensual sobre esse argumento, não poderia haver leis psicofísicas estritas porque o uso de predicados físicos e mentais é regido por *princípios constitutivos diferentes*.<sup>8</sup> O uso dos predicados mentais, em particular, seria regido por princípios de racionalidade, que não estariam presentes no caso de predicados físicos:

Não há leis psicofísicas estritas devido aos diferentes compromissos dos esquemas mental e físico. É uma característica da realidade física que uma mudança física pode ser explicada por leis que a conectam com outras mudanças e condições fisicamente descritas. É uma característica do mental que a atribuição de fenômenos mentais tem de ser sensível ao pano de fundo de razões, crenças e intenções do indivíduo. Não pode haver conexões estreitas entre os domínios se for para cada um permanecer fiel à sua própria fonte de evidência. [...] [Q]uando usamos os conceitos de crença, desejo e demais, temos de permanecer preparados, enquanto a evidência se acumula, a ajustar nossa

7 Davidson (1970, p. 215) diz que não pode haver "uma frase física aberta 'Px' verdadeira de todos e apenas dos eventos que têm alguma propriedade mental" (p. 215).

8 Essa interpretação é endossada por McLaughlin (1985, p. 353) e Glüer (2011, p. 253), e parece ser a mais condizente com o texto de Davidson (1970). Yalowitz (2012, sec. 4) distingue dois outros argumentos possíveis. O primeiro poderia vir de um apelo à indeterminação da tradução, uma alternativa que Davidson sugere, mas não leva adiante (ver 1970, p. 222-223; ver também McLaughlin 1985, p. 352; e Yalowitz 2012, sec. 4.1). O segundo argumento teria sido proposto em alguns textos posteriores, sugerindo que termos mentais difeririam de termos físicos por serem "definidos causalmente", isto é, por aquilo que são em parte determinado pelas causas e efeitos que têm (ver Yalowitz 2012, sec. 4.3).

teoria à luz de considerações de cogência global: o ideal constitutivo de racionalidade controla parcialmente cada fase na evolução do que tem de ser uma teoria em evolução. (Davidson 1970, p. 222)

Alguns traços gerais desse argumento são claros. Primeiramente, trata-se de um raciocínio de tipo *a priori*, que, ao apontar certas características sobre a natureza de dois vocabulários (mental e físico), conclui que não pode haver conexões estritas entre ambos. Em segundo lugar, as características apontadas dizem que o emprego de cada um dos vocabulários é regido por *princípios* diferentes: a atribuição de atitudes proposicionais respeita princípios gerais de racionalidade e coerência com o pano de fundo de outras atitudes proposicionais da pessoa; e o emprego de descrições físicas seria regulado por referência a um pano de fundo de leis e outras condições físicas.<sup>9</sup> Por fim, Davidson pretende inferir dessas considerações que, se os diferentes princípios forem respeitados, não há como predicados dos dois domínios terem conexões estritas.

Apesar desses traços gerais do argumento parecerem claros, não é fácil ver como poderia se seguir a conclusão de que não há (ou não pode haver) conexões estritas entre quaisquer dois predicados, um mental e um físico. Em vez de uma elaboração mais técnica, gostaria de oferecer uma analogia que talvez ajude a esclarecer o espírito da sugestão de Davidson. Nessa analogia, predicados mentais e físicos são análogos de duas peças em um jogo de tabuleiro. Os eventos dos quais esses predicados podem ser verdadeiros ou falsos seriam as casas do tabuleiro, sendo o análogo de um predicado ser verdadeiro de um evento o fato de uma peça parar sobre uma casa. Dada a tese monista, é possível que as duas peças parem eventualmente sobre uma mesma casa. O análogo dos diferentes princípios regendo o uso de cada predicado seria o fato de que diferentes arremessos de dado regem o movimento de cada peça. Se essa analogia é apropriada, uma lei psicofísica como (P) seria altamente improvável, pois é altamente improvável que, em uma partida, as duas peças parassem apenas e exatamente nas mesmas casas.<sup>10</sup>

Essa a analogia pode ser também adaptada para excluir leis estritas como (L), conectando

---

9 Sobre o aparente emprego, por Davidson, da tese do fechamento causal do âmbito físico na diferenciação dos vocabulários mental e físico, ver Antony (2003, p. 4-5) e Yalowitz (2012, suplemento).

10 Eis um dos aspectos em que a analogia sugerida pode não ser muito boa: a prática de arremessar o dado e movimentar a peça correspondente de acordo com o número obtido é qualitativamente igual quer se trate de uma peça (mental) ou outra (física), diferindo apenas por serem *ocorrências distintas* do arremesso do dado e possivelmente distintas por seu *conteúdo*, o número obtido. Alguém poderia insistir que a prática de empregar predicados mentais, por um lado, e físicos, por outro, não difere, para Davidson, apenas pelo *conteúdo* dos princípios, mas também qualitativamente. Deixo essa possibilidade em aberto aqui.

causalmente um predicado mental e um predicado físico. (L) diz que os eventos dos quais são verdadeiros os predicados 'P' e 'Q' estão sempre relacionados como causa e efeito. Poderíamos associar a relação de causa e efeito, no tabuleiro, à sucessão de duas casas. Para haver uma lei como (L) relacionando um predicado mental e um predicado físico, teria de ser o caso que ambas as peças caíssem sempre e apenas em casas sucessivas. Mas como um lance de dado diferente é feito para cada peça – para cada predicado – é novamente altamente improvável que isso aconteça. Se essas analogias fazem alguma justiça ao argumento de Davidson, o que sugerem é que, dados os princípios diferentes regendo predicados mentais e predicados físicos, não haveria nenhuma razão positiva para esperar que mantenham conexões como as afirmadas por (L) e (P). Conexões como essas só seriam obtidas por obra de um acaso com poucas chances de se concretizar.

Com essas sugestões (que obviamente não a justificam definitivamente) Davidson adota a tese da anomalia do mental em sentido pleno: nega leis estritas puramente psicológicas com base na premissa da interação causal (P<sub>1</sub>), e nega leis estritas como (L) e (P) com base nas considerações sobre os diferentes princípios regendo o emprego dos vocabulários mental e físico. Uma tese adicional, que se segue dessa adoção irrestrita da tese da anomalia do mental, é que o vocabulário mental – ou enunciados gerais envolvendo predicados mentais – é irreduzível a um vocabulário puramente físico. Nas palavras de Davidson, “o mental é nomologicamente irreduzível” (1970, p. 216). Isso porque leis psicofísicas como (P) são tradicionalmente vistas como uma condição necessária para a redução de enunciados de uma teoria a enunciados de outra – por exemplo, para a redução dos enunciados da psicologia a enunciados da física (ver, por exemplo, Fodor 1974, p. 98). Assim, (P<sub>3</sub>) representa a tese da anomalia do mental e acarreta, ainda, a tese da irreduzibilidade do vocabulário mental ao vocabulário físico.

Por fim, vale mencionar algumas considerações sobre a tese da superveniência das características (ou descrições) mentais sobre as características físicas de eventos, que Davidson apresentou no contexto de sua defesa do monismo anômalo. Ele disse:

Embora a posição que descrevo negue que haja leis psicofísicas, ela é compatível com a concepção de que as características mentais são, em algum sentido, dependentes de, ou supervenientes sobre características físicas. Essa superveniência poderia ser entendida como dizendo que não pode haver dois eventos semelhantes em todos os aspectos físicos mas diferindo em algum aspecto mental, ou que um objeto não pode se alterar em algum aspecto mental sem alterar-se em algum aspecto

físico.(Davidson 1970, p. 214)<sup>11</sup>

Assim, essa tese introduziria restrições sobre a relação entre as descrições mentais e físicas que podem se aplicar a eventos particulares, embora essas restrições não sejam tão fortes, segundo Davidson, para acarretar leis estritas envolvendo descrições de ambos os tipos, nem redutibilidade (ver 1970, p. 141; 1993, p. 7).

#### 4. Recepção crítica e estado da arte

O monismo anômalo tem recebido inúmeras críticas desde a década de 1970. Dentre essas objeções, talvez a que teve maior repercussão foi a objeção de epifenomenismo. Segundo essa objeção, as premissas adotadas por Davidson (particularmente P2, P3 e P4) implicariam uma tese conhecida como epifenomenismo de propriedades, que diz que as propriedades mentais dos eventos são causalmente inertes (os principais proponentes dessa crítica são Honderich 1982; Kim 1989, 1993; McLaughlin 1993; e Sosa 1993). Como resposta, Davidson e vários outros responderam que o monismo anômalo não se compromete com a tese de que relações causais acontecem em virtude de quaisquer propriedades (sejam físicas, mentais ou de qualquer tipo), e que Davidson sequer conceberia propriedades em algum sentido ontologicamente sério (ver Melchert 1986; Davidson 1993; Crane 1995; Campbell 2003; Gibb 2006; Heil 2008). Alternativamente, outros autores questionam a suposição de que o epifenomenismo de propriedades é falso, e que seria necessariamente uma consequência indesejável de qualquer teoria da mente (ver Horowitz 1999 e Robinson 2012). Segundo esses autores, as razões costumeiramente oferecidas contra o epifenomenismo de propriedades são todas respondíveis, de modo que sua rejeição careceria de uma justificação adequada.<sup>12</sup>

Nesse contexto, a tese da superveniência também recebeu críticas. Criticou-se, por exemplo, que a tese não é compatível com o monismo anômalo, particularmente com a tese da anomalia do mental (ver Kim 1989, p. 35; Evnine 1991, p. 68-69, por exemplo). Davidson (1993) respondeu a essas críticas (p. 7) e, além disso, valeu-se da tese da superveniência para defender que o mental “faz diferença” no monismo anômalo (p. 14). Para seus críticos, no entanto, ambos os esforços não foram bem sucedidos (ver Kim 1993; McLaughlin 1993; Sosa 1993).

<sup>11</sup> Davidson (1993, p. 4) acrescentou que o que pretendia dizer fora que “um predicado *p* é superveniente sobre um conjunto de predicados *S* se, e somente se, *p* não distingue quaisquer entidades que não podem ser distinguidas por *S*”.

<sup>12</sup> Exploro essas duas respostas alternativas à objeção de epifenomenismo nos Artigos 2 e 3.



Quanto às premissas no argumento para o monismo, apenas o princípio da interação causal (P<sub>1</sub>) não tem sido questionado contemporaneamente.<sup>13</sup> Na verdade, uma busca por uma explicação de *como* a interação mente-corpo acontece (pressupondo, portanto, que de fato acontece) tem estado na agenda filosófica pelo menos desde as críticas da Princesa Elisabeth ao dualismo de Descartes.<sup>14</sup> Para ser preciso, mesmo uma posição epifenomenista poderia aceitar P<sub>1</sub>, já que aceita que eventos mentais são efeitos (embora não causas) de eventos físicos (ver Lycan 2009, p. 557, n. 19).

A premissa (P<sub>2</sub>), por sua vez, que diz que enunciados causais singulares implicam a existência de leis estritas, tem atraído algumas críticas (por exemplo, Burge 1983, p. 610, 1993, p. 112; e Fodor 1990, p. 153-154). Inicialmente, Davidson fez dela apenas uma suposição, e só posteriormente argumentou em seu favor (Davidson 1995). Esses argumentos posteriores foram ainda pouco discutidos. De um modo mais geral, há autores que endossam uma concepção de causalidade como dependente de leis (por exemplo, Armstrong 1997, capítulo 14), mas o que parece predominar no assunto é a falta de consenso (ver Schaffer 2008).

Quanto à tese da anomalia do mental (P<sub>3</sub>), os argumentos que Davidson ofereceu em seu favor foram considerados pouco claros por alguns (ver discussões e interpretações em McLaughlin 1985; Kim 1985; Yalowitz 1997, 2012, sec. 4). Independentemente desses argumentos, no entanto, não parece haver casos conhecidos de leis psicológicas estritas que poderiam servir como contraexemplos à tese. Na verdade – e isto constitui uma crítica à quarta premissa (P<sub>4</sub>) – tem-se questionado que mesmo na física, geralmente considerada o paradigma de precisão na ciência, haja leis causais estritas tais como entendidas por Davidson (ver Cartwright 1983; e Harbecke 2013, por exemplo).

Uma dificuldade ainda mais básica tem sido apontada a respeito da ontologia de eventos pressuposta pelo monismo de Davidson. Davidson precisa fornecer um critério satisfatório para a identidade de eventos, mas, segundo alguns, não foi capaz de fazê-lo. Como vimos acima, o critério proposto inicialmente (Davidson 1969) – de que eventos são idênticos se, e somente se, têm exata-

---

13 Davidson oferece uma defesa parcial desse princípio, ao argumentar que eventos mentais (razões) são causas (ver Davidson 1963).

14 Ver as correspondências escritas por Elisabeth em 6 de maio, 10 de junho e 10 de julho de 1643 em Descartes e Elisabeth (2007), disponíveis em português em Descartes e Elisabeth (2013). Ver também Heil e Mele (1993, especialmente p. v).

mente as mesmas causas e efeitos – foi rejeitado após a crítica de circularidade feita por Quine (1985). Davidson (1985) adotou então a estratégia quineana de assimilar eventos à categoria de objetos físicos, considerados idênticos se, e somente se, têm a mesma localização espaço-temporal (ver, por exemplo, Quine 1985, p. 167; 1986, p. 30). O problema com isso, segundo alguns, é que o próprio Davidson teria oferecido um contraexemplo, a saber, a possibilidade de uma bola de metal aquecer-se e girar 35 graus simultaneamente. Isso indicaria – contra o critério de identidade em questão – que mais de um evento pode ocorrer em um mesmo lugar ao mesmo tempo (ver Lombard 1998, p. 283), e seria um problema básico para o monismo anômalo (ver Schneider 2013, p. 148-9; 2012, p. 720, n. 3; e também Latham 2003 e Marcus 2006).<sup>15</sup>

### Conclusão

Este artigo apresentou as principais teses e argumentos que compõem o monismo anômalo de Davidson, e ofereceu ainda um panorama geral das discussões e críticas que recebeu. Parece razoável concluir que qualquer tentativa futura de reabilitação do monismo anômalo teria um longo trabalho pela frente. De fato, a maior parte dos autores dedicados atualmente à filosofia da mente rejeita o monismo anômalo. Apesar disso, as razões oferecidas para sua rejeição têm sido diversificadas e nem sempre consensuais. A objeção de epifenomenismo, por exemplo, uma das mais difundidas na literatura, já teve um número equiparável de defensores e críticos. Além disso, não parece que alguma das objeções alternativas tenha se sobressaído de maneira decisiva sobre as demais. O que isso sugere é que, apesar de rejeitar-se amplamente o monismo anômalo, as razões para essa rejeição ainda não foram delimitadas de maneira suficientemente precisa.

### Referências

Nota: o ano original de publicação foi indicado entre colchetes sempre que uma reimpressão foi citada no texto.

Antony, M. “Davidson’s argument for monism”. *Synthese* 135 (2003): 1-12.

Armstrong, D. *A world of states of affairs*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Burge, T. “Essays on Actions and Events, by Donald Davidson”. *Ethics* 93.3 (1983): 608-611.

\_\_\_\_\_. “Mind-body causation and explanatory practice”. In: J. Heil e A. Mele (1993), p. 97-120.

<sup>15</sup> A discussão de P<sub>3</sub>, P<sub>4</sub> e da ontologia de eventos adotada no monismo anômalo é retomada no Artigo 4.

Campbell, N. "Causes and causal explanations: Davidson and his critics". *Philosophia* 31 (2003): 149-157.

Cartwright, N. *How the laws of physics lie*. Oxford: Oxford University Press, 1983.

Crane, T. "The mental causation debate". *Proceedings of the Aristotelian Society* 69 (1995): 211-236.

Davidson, D. "Ações, razões e causas". Tradução de Marcelo Fischborn. *Crítica*, 2012. Disponível em: <<http://criticanarede.com/accoes.html>>. Acesso em 10 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. "Actions, reasons, and causes" [1963]. In: Davidson (2001, p. 3-19), disponível em português em Davidson (2012).

\_\_\_\_\_. "Causal relations" [1967a]. In: Davidson (2001), p. 149-162.

\_\_\_\_\_. *Essays on actions and events*. 2<sup>nd</sup> ed. Oxford: Clarendon Press, 2001.

\_\_\_\_\_. "Laws and cause". *Dialectica* 49.2-4 (1995): 263-279.

\_\_\_\_\_. "Mental events" [1970]. In: Davidson (2001), p. 207-225.

\_\_\_\_\_. "Problems in the explanation of action"

\_\_\_\_\_. "The individuation of events" [1969]. In: Davidson (2001), p. 163-180.

\_\_\_\_\_. "The logical form of action sentences" [1967b]. In Davidson (2001), p. 105-148.

\_\_\_\_\_. "Thinking causes". In: J. Heil & A. Mele (1993), p. 3-17.

\_\_\_\_\_. "Reply to Quine on events" [1985]. In: Davidson (2001), p. 305-311.

Descartes, E. e Elisabeth. "Correspondências de 1643 entre Descartes e Elisabeth". Tradução de Marcelo Fischborn. *Inquietude* 4.1 (2013): 171-186.

Descartes, R. e Elisabeth. *The correspondence between Princess Elisabeth of Bohemia and René Descartes*. Ed. and Transl. by L. Shapiro. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

Evnine, S. *Donald Davidson*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

Fodor, J. "Special sciences, or the disunity of science as a working hypothesis". *Synthese* 28 (1974): 97-115.

\_\_\_\_\_. *Psychosemantics: The problem of meaning in the philosophy of mind*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990.

Gibb, S. "Why Davidson is not a property epiphenomenalist". *International Journal of Philosophical Studies* 14 (2006): 407-422.

Glüer, K. *Donald Davidson: A short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

- Harbecke, J. "On the distinction between law schemata and causal laws". *Acta Analytica* [On-line] (2013):1-12.
- Heil, J. "Anomalous monism". In: H. Dyke (ed.), *From truth to reality: New essays in metaphysics*, pp. 85-98. London: Routledge, 2008.
- Heil, J. e Mele, A. (eds.) *Mental causation*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- Honderich, T. "The argument for anomalous monism". *Analysis* 42, 1982: 59-64.
- Horowitz, H. "Is there a problem in physicalist epiphenomenalism?". *Philosophy and Phenomenological Research* 59.2 (1999): 421-434.
- Johnston, M. "Why having a mind matters". In: Lepore & McLaughlin (1985), p. 408-426.
- Kim, J. "Can supervenience and 'non-strict laws' save anomalous monism?". In: J. Heil and A. Mele (1993), p. 19-26.
- \_\_\_\_\_. "Psychophysical laws". In: Lepore & McLaughlin (1985), p. 369-386.
- \_\_\_\_\_. "The myth of non-reductive materialism". *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association* 63 (1989): 31-47.
- Latham, N. "What is token physicalism?". *Pacific Philosophical Quarterly* 84.3 (2003): 270-290.
- Lepore, E. e McLaughlin, B. (eds.). *Actions and events: perspectives on the philosophy of Donald Davidson*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.
- Lombard, L. "Ontologies of events". In: C. Macdonald and S. Laurence (eds.), *Contemporary readings in the foundations of metaphysics*. Oxford: Blackwell, 1998.
- Lycan, W. "Giving dualism its due". *Australasian Journal of Philosophy* 87.4 (2009): 551-563.
- McLaughlin, B. "Anomalous monism and the irreducibility of the mental". In: Lepore e McLaughlin (1985), p. 331-368.
- \_\_\_\_\_. "On Davidson's response to the charge of epiphenomenalism". In: Heil e Mele (1993), p. 27-40.
- Marcus, E. "Events, sortals, and the mind-body problem". *Synthese* 150 (2006): 99-129.
- Melchert, P. "What's wrong with anomalous monism". *Journal of Philosophy* 83 (1986): 265-274.
- Quine, W. "Events and reification". In: Lepore e McLaughlin (1985), p. 162-171.
- \_\_\_\_\_. *Philosophy of logic*, 2nd ed. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1986.
- Robinson, W. "Epiphenomenalism", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2012

Edition). Disponível em:

<<http://plato.stanford.edu/archives/sum2012/entries/epiphenomenalism/>>. Acesso em 5 dez. 2013.

Schaffer, J. "The Metaphysics of Causation". In: E. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2008 Edition). Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/causation-metaphysics/>>. Acesso em 28 nov. 2013.

Schneider, S. "Non-reductive physicalism and the mind problem". *Noûs* 47.1 (2013): 135-153.

\_\_\_\_\_. "Non-reductive physicalism cannot appeal to token identity". *Philosophy and Phenomenological Research* 85.3 (2012): 719-728.

Sosa, E. "Davidson's Thinking causes". In: J. Heil and A. Mele (1993), p. 41-50.

Yalowitz, S. "Anomalous monism". In: E. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2012 Edition). Disponível em : <<http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/anomalous-monism/>>. Acesso em 9 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. "Rationality and the argument for anomalous monism". *Philosophical Studies* 87.3 (1997): 235-258.

## ARTIGO 2: O MONISMO ANÔMALO IMPLICA O EPIFENOMENISMO DE PROPRIEDADES?

**Abstract:** Anomalous monism (Davidson 1970) says that mental events are physical events, but denies that there are strict laws formulated in mental terms, and, hence, that one could reduce mental descriptions to purely physical ones. According to a recurrent criticism, a problem for anomalous monism is that it entails a thesis known as property epiphenomenalism, which says that the mental properties of events are, unlike their physical properties, causally inert. The present paper disputes the correction of this criticism, and argues that property epiphenomenalism does not follow from anomalous monism or the premises Davidson employed to defend it. It is also argued that it is not evident that Davidson should have accepted additional theses that would allow such a deduction.

**Keywords:** Anomalous monism. Epiphenomenalism. Donald Davidson.

**Resumo:** O monismo anômalo (Davidson 1970) diz que eventos mentais são eventos físicos, mas nega que existam leis estritas formuladas em termos mentais, e, por isso, que se poderia reduzir descrições mentais a descrições puramente físicas. Segundo uma crítica recorrente, um problema para o monismo anômalo é que implica uma tese conhecida como epifenomenismo de propriedades, a qual diz que as propriedades mentais dos eventos, diferentemente de suas propriedades físicas, são causalmente impotentes. O presente artigo contesta a correção dessa crítica, e defende que o epifenomenismo de propriedades não se segue do monismo anômalo ou das premissas que Davidson empregou para defendê-lo. Argumenta-se também que não é evidente que Davidson deveria ter aceitado teses adicionais que permitiriam realizar essa dedução.

**Palavras-chave:** Monismo anômalo. Epifenomenismo. Donald Davidson.

### Introdução

O monismo anômalo é uma teoria em filosofia da mente defendida por Donald Davidson (1970), que diz que eventos mentais são físicos, mas que predicados ou teorias psicológicas são irreduzíveis a predicados ou teorias puramente físicas. De acordo com uma objeção muito comum, essa teoria acarreta uma tese conhecida como epifenomenismo de propriedades, que diz que eventos mentais podem causar em virtude de suas propriedades físicas, mas não em virtude de suas propriedades mentais. Por considerarem essa consequência inaceitável, alguns autores consideram essa uma boa razão para se rejeitar o monismo anômalo.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Honderich (1982) foi talvez o primeiro a propor a objeção de epifenomenismo contra o monismo anômalo, mas vários outros a levaram adiante, notavelmente Kim (1989, 1993), McLaughlin (1993) e Sosa (1993). O grau de difusão dessa crítica pode ser constatada pelo número de autores que de alguma forma a endossam (ver, por exemplo, Teixeira 2000; Amaral 2001, p. 242; Martins 2002, p. 249; Schimmenti 2012, p. 71), e também pela atenção que recebe (sendo ou não endossada) em vários livros de introdução à filosofia de Davidson ou à filosofia da mente de modo geral (ver, por exemplo, Caorsi 2008, p. 185-188; Glüer 2011, p. 265-280; Bizarro 2012,

O objetivo deste artigo é apresentar e defender uma linha de resposta a esse tipo de crítica ao monismo anômalo.<sup>2</sup> Essa resposta diz que a tese do epifenomenismo de propriedades não se segue das premissas que Davidson adotou para defender o monismo anômalo. É possível, sim, derivar o epifenomenismo de propriedades dessas premissas *acrescidas* de certas teses adicionais. Mas, argumentarei, Davidson rejeitou essas teses adicionais e, ademais, não é evidente que devesse tê-las aceitado. Sendo assim, contrariamente ao que é bastante difundido, não é apropriado acusar o monismo anômalo de epifenomenismo.

O texto que segue está dividido em quatro seções. Na primeira, apresento brevemente a tese do epifenomenismo de propriedades e, na segunda, o argumento de Davidson para o monismo anômalo. Na terceira seção mostro como as objeções de epifenomenismo apresentadas por dois de seus proponentes mais proeminentes – Ted Honderich e Jaegwon Kim – dependem da introdução de pelo menos duas suposições adicionais, não presentes no argumento de Davidson. Por fim, argumento, na quarta seção, que Davidson rejeitou essas suposições adicionais e que, por isso, não é apropriado acusar o monismo anômalo de epifenomenismo. Isso não significa dizer que o monismo anômalo esteja livre de problemas, mas apenas que se há problemas, eles estão em outro lugar.

### 1. A tese do epifenomenismo de propriedades

De acordo com a definição de McLaughlin (1993, p. 28), a tese do epifenomenismo de propriedades (ou de “tipos”, em sua própria terminologia) diz que “eventos causam outros eventos em virtude de caírem sob tipos físicos, mas [...] nenhum evento pode causar qualquer coisa em virtude de cair sob um tipo mental”. Dado que as objeções de epifenomenismo foram dirigidas ao monismo anômalo dizendo que este torna as *propriedades* mentais causalmente impotentes, é conveniente parafrasear a formulação de McLaughlin da seguinte maneira:

EP. Eventos causam outros eventos em virtude de suas propriedades físicas, mas não em virtude de suas propriedades mentais.

---

p. 347; Blackburn 1997, p. 254).

2 Tal como a objeção de epifenomenismo, o tipo de resposta defendido aqui também não é novo. Ela foi defendida de maneira mais ou menos variada por Melchert (1986), Davidson (1993), Crane (1995), Campbell (2003), Gibb (2006) e Heil (2008).

O epifenomenismo de propriedades está comprometido com alguma forma de dualismo de propriedades: *dualismo* porque, se tomasse propriedades mentais como idênticas a propriedades físicas, não faria sentido atribuir poder causal a uma propriedade (física) e negar a outra (mental), e *de propriedades* porque pressupõe que um mesmo evento pode ter propriedades de ambos os tipos. Sendo assim, essa tese não deve ser confundida com o epifenomenismo de eventos, que diz que “eventos físicos podem causar eventos mentais, mas eventos mentais não podem causar nada” (p. 28). Essa versão da tese epifenomenista está comprometida com um dualismo de eventos. Dado que o monismo anômalo é justamente uma forma de monismo (eventos mentais *são* eventos físicos), está fora de questão que possa acarretar o epifenomenismo de eventos. De fato, é o epifenomenismo de propriedades que os críticos alegam seguir-se do monismo anômalo.

## 2. O argumento para o monismo anômalo\*

Como então poderia ser o caso que o monismo anômalo implica o epifenomenismo de propriedades? Essa tese seria uma consequência das premissas que Davidson adotou em seu argumento para o monismo anômalo. Esse argumento, de acordo com uma apresentação relativamente comum, tem a seguinte estrutura:

P1. Eventos mentais relacionam-se causalmente com eventos físicos. [Interação causal]

P2. Eventos relacionados causalmente têm descrições que figuram em uma lei causal estrita.  
[Caráter Nomológico da Causalidade]

P3. Descrições mentais não figuram em leis causais estritas. [Anomalia do Mental]

P4. Apenas descrições físicas figuram em leis causais estritas.<sup>3</sup>

Para derivar o monismo, Davidson raciocinou da seguinte maneira. Com base em P1, suponhamos que um evento mental, *a*, é causa (ou efeito) de um evento físico, *b*. Por P2, *a* e *b* têm de ter descrições que figuram em uma lei causal estrita. Mas, dada P3, essas descrições não serão descrições

---

\* Devido ao formato adotado nesta dissertação, a presente seção torna-se repetitiva e pode ser pulada.

3 As premissas P1-P3 são explícitas em Davidson (1970, p. 208), mas alguns autores (por exemplo, Antony 2003, p. 3-4) sustentam que Davidson precisa, e parece de fato empregar, também P4. A noção de ‘descrição’ (que aparece em P2-P4) aparece na passagem em que Davidson mostra como as premissas podem ser “reconciliadas” (1970, p. 215).



mentais. Finalmente, P<sub>4</sub> diz que essas descrições tem de ser descrições físicas. Assim, um evento mental que interage causalmente com um evento físico tem uma descrição física e é, por essa razão, um evento físico (ver Davidson 1970, p. 224). Esse é o monismo de Davidson, que é anômalo por negar leis estritas formuladas a partir de descrições mentais.<sup>4</sup>

### 3. As críticas de epifenomenismo de Honderich e Kim

Vejamos, então, como os críticos sustentam a afirmação de que EP se segue das premissas P<sub>1</sub>-P<sub>4</sub>, começando pelo argumento de Honderich (1982), um dos primeiros a propor esse tipo de objeção. Como qualquer um que queira levar adiante a objeção de epifenomenismo, Honderich precisa garantir duas condições para mostrar que EP se segue das premissas adotadas por Davidson. A primeira delas diz respeito à introdução da noção de *propriedade* no contexto do monismo anômalo, uma vez que a tese do epifenomenismo de propriedades (PE) fala em propriedades, mas as premissas P<sub>1</sub>-P<sub>4</sub> usam apenas a noção de ‘descrição’, uma noção linguística que não pressupõe a existência de propriedades. A segunda condição é fornecer um critério para diferenciar propriedades causalmente eficazes (aquelas *em virtude das quais* uma relação causal ocorre) de propriedades causalmente ineficazes.

Quanto a introduzir a noção de propriedade, Honderich o faz a partir de um exemplo: Colocar algumas peras verdes na balança faz o ponteiro ir para a marca de duas libras. Mas esses eventos não estão em conexão legiforme (i.e., não instanciam leis causais estritas) em virtude, por exemplo, de as peras serem verdes ou francesas. Com base nisso, Honderich afirma que “fornece-mos um sentido claro à fala sobre algo ser tal e tal *enquanto uma coisa ou outra*, ou *sob uma descrição*. Falar dessa maneira é falar de certas propriedades de algo em vez de outras” (1982, p. 60-61). De acordo com essa sugestão, então, a noção de propriedade pode ser introduzida no contexto do argumento de Davidson por haver uma correspondência entre, por um lado, podermos descrever verdadeiramente um evento mediante um predicado como “*x é P*” e, por outro, este evento ter a propriedade P.

---

4 Antony (2003, p. 5) objeta que P<sub>4</sub> torna P<sub>3</sub> (a tese da anomalia do mental) dispensável. Se isso é correto, o argumento seria consistente com a negação de P<sub>3</sub>, isto é, com uma forma de ‘monismo nomológico’ (ver Davidson 1970, p. 213). Antony admite, no entanto, que Davidson poderia continuar com um monismo anômalo “simplesmente acrescentando P<sub>3</sub> a ele” (p. 5). Assim, as discussões envolvendo P<sub>3</sub> na próxima seção não precisam ser afetadas.

A distinção entre propriedades causalmente eficazes e ineficazes, por sua vez, é estabelecida com base no que Honderich chama de ‘Princípio do Caráter Nomológico das Propriedades Causalmente Relevantes’ (1982, p. 62). De acordo com esse princípio, segue-se, do fato de que um evento causou outro “em virtude de apenas certas propriedades, que os eventos estão em conexão legítima por meio dessas propriedades” (p. 62). Ou seja, se uma relação causal acontece em virtude das propriedades P e Q dos eventos *a* e *b*, então esses eventos instanciam uma lei causal estrita por meio das propriedades P e Q. Na terminologia de Davidson, a lei causal estrita seria formulada em termos dos predicados “P” e “Q”. Isso acarretaria, em parte, que se duas propriedades não estão relacionadas por uma lei estrita, tampouco são propriedades causalmente eficazes.

É preciso admitir que, se concedemos a introdução desses dois elementos no contexto do argumento para o monismo anômalo – alguma forma de correspondência entre predicados e propriedades e a vinculação entre eficácia causal de uma propriedade e sua menção em leis causais estritas – a tese do epifenomenismo de propriedades de fato se segue do monismo anômalo. Isso porque a tese da anomalia do mental (P<sub>3</sub>) nega que predicados mentais possam estar presentes em leis causais estritas, e P<sub>4</sub> afirma que apenas predicados físicos permitem a formulação desse tipo de lei. Disso decorre que propriedades mentais são ineficazes, e que relações causais acontecem apenas em virtude de propriedades físicas – o que é exatamente o que EP diz.

Kim (1989) oferece uma objeção similar, em que acusa o monismo anômalo de acarretar que propriedades mentais não desempenham qualquer papel causal. Como Honderich, Kim também precisa satisfazer as duas condições previamente mencionadas, a saber, introduzir a noção de propriedades e um critério para distinguir propriedades que desempenham um papel causal das que não desempenham. Quanto à primeira, Kim parece transitar sem distinção entre as noções de ‘ter uma descrição’, ‘ter uma propriedade’, e ‘ser de certo tipo’. Segundo ele, a conclusão monista de Davidson diz que “qualquer relação causal envolvendo um evento mental tem de instanciar uma lei física, do que se segue que o evento mental tem uma descrição física, ou cai sob um tipo físico de evento” (1989, p. 34). Kim acrescenta ainda que disso se segue (sob a suposição de que todo evento entra em alguma relação causal) que “todos os eventos têm propriedades físicas, e alguns têm propriedades mentais também” (p. 34). De modo similar ao que faz Honderich, essas passagens sugerem que Kim também faz um uso indistinto de noções como ‘ter uma propriedade’ e ‘ter

uma certa descrição’.

A respeito da distinção entre propriedades eficazes e ineficazes, podemos inferir como Kim a estabelece a partir da maneira pela qual conclui que o monismo anômalo acarreta a ineficácia do mental:

...o monismo anômalo implica isto: a mesma rede de relações causais seria obtida no mundo de Davidson se você redistribuísse as propriedades mentais sobre seus eventos da maneira que bem entendesse; você não perturbaria uma única relação causal se reatribuísse aleatoriamente e arbitrariamente propriedades mentais entre os eventos, ou mesmo se removesse inteiramente a mentalidade do mundo. O fato é que no monismo anômalo de Davidson a mentalidade não desempenha nenhum papel causal. Lembre-se: no monismo anômalo, os eventos são causas ou efeitos apenas porque instanciam leis físicas, e isso significa que as propriedades mentais de um evento não fazem nenhuma diferença causal. (Kim 1989, p. 34-35)

Como entendo essa objeção, ela diz basicamente que, dado o monismo anômalo e suas premissas, se um evento não tivesse propriedades físicas, então não seria nem causa nem efeito de nada. A razão seria que, dadas P<sub>2</sub> e P<sub>4</sub>, se um evento entra numa relação causal, então tem de ter uma descrição física que figura numa lei causal estrita. Por outro lado, se um evento não tem nenhuma descrição mental, não se segue que não é causa nem efeito de outro evento. Com base nisso, ao que parece, Kim conclui que as propriedades mentais não desempenham *nenhum* papel causal, por oposição às propriedades físicas. Isso implica, em particular, que eventos mentais não causam em virtude de suas propriedades mentais, mas apenas em virtude de propriedades físicas – novamente, exatamente como diz EP.

#### 4. Uma resposta às críticas de epifenomenismo

Apesar de ser possível derivar EP do monismo anômalo *dada a incorporação de teses adicionais*, um conjunto de autores têm apontado que a obra de Davidson não endossa essas teses. Em outras palavras, EP não se seguiria das premissas efetivamente usadas em favor do monismo anômalo. Averiguemos, então, como isso aconteceria em cada uma das teses adicionais.

Honderich pensa que Davidson aceitaria a tese da correspondência entre predicados e propriedades, e dá como indício textual a seguinte passagem em que Davidson analisa o exemplo de Édipo ter atacado intencionalmente o velho na encruzilhada, apesar de não ter atacado intencionalmente seu pai:<sup>5</sup>

5 Honderich (1982) não cita essa passagem, mas apenas menciona a página do texto de Davidson em questão em uma nota de rodapé (ver Honderich 1982, p. 61, n. 4), mas parece claro que tem em mente a passagem ci-

Podemos inofensivamente comprimir a ideia dizendo: o ataque ao homem velho foi intencional sob uma descrição, mas não sob a outra. Isso não significa que o evento tinha e não tinha uma certa propriedade, mas que o evento, Édipo e uma certa descrição estão em uma relação que não se obtém entre o mesmo evento, Édipo e uma descrição diferente. (Davidson 1971, p. 195)

Segundo Honderich, essa passagem sugere um uso intercambiável por Davidson das noções de ‘ter uma descrição’ e ‘ter uma propriedade’.<sup>6</sup> Haveria, assim, um espaço para propriedades na ontologia davidsoniana.

Por outro lado, se propriedades são (*iguais a*) predicados ou descrições, parece que se trata de um sentido muito deflacionário da noção de propriedade. Talvez por isso Gibb (2006) sugira que “Davidson não considera que eventos têm propriedades [...] pois, para ele, propriedades não são aspectos objetivos de coisas no mundo. Eventos são mentais ou físicos ‘apenas enquanto assim descritos’” (p. 414). Ela reconhece que Davidson por vezes menciona a palavra ‘propriedade’, mas propõe que, ao fazer isso, está simplesmente falando dos “predicados que podem ser atribuídos a um evento quando o evento é variadamente descrito” (p. 414). Falar dessa maneira não envolveria um comprometimento ontologicamente sério com propriedades, mas apenas com entidades linguísticas.<sup>7</sup> Sendo assim, propõe Gibb, não há como o monismo anômalo acarretar EP, já que “não há uma questão sobre os *predicados* fazerem uma diferença causal” (p. 415).

Algo similar acontece com a proposta de se distinguir propriedades causalmente eficazes e ineficazes, seja de um modo geral ou especificamente em termos de serem ou não mencionadas em leis causais estritas. Davidson rejeitou essa proposta, alegando ter uma concepção diferente de causalidade: “São *eventos* que têm o poder de mudar as coisas, não nossas várias maneiras de descrevê-los” (1993, p. 12). Davidson foi ainda mais longe, e disse que em sua concepção “não faz nenhum sentido literal [...] falar de um evento causando algo enquanto mental, ou em virtude de suas propriedades mentais, ou enquanto descrito de uma maneira ou outra” (p. 13). Em favor dessas afirmações, lançou mão de alguns exemplos. Em um deles, sugere que pensemos em uma tabela que registra, em cada célula uma expressão que descreve unicamente algum evento. Desse

---

tada a seguir.

6 Outras passagens também sugerem essa ideia, notavelmente a nota em Davidson (1993, p. 4, n. 3), que diz que “no presente artigo não distingo conceitos de propriedades ou predicados...”.

7 Como vários têm apontado, a sugestão aqui é que Davidson endossaria um certo nominalismo a respeito de universais, possivelmente herdado de Quine (ver Crane 1995, p. 226; Campbell 2003, p. 151; Gibb 2006, p. 415; Heil 2008, p. 97).

modo, seria possível nos referirmos a esses eventos simplesmente informando a linha e coluna em que estão suas respectivas descrições. Como diz Davidson, “é simplesmente irrelevante para a eficácia causal dos eventos tabelares que sejam eventos tabelares – que sejam descritos no vocabulário da tabela. [...] Mas também é irrelevante que possam ser descritos no vocabulário físico” (p. 12). Assim, apesar de Davidson aceitar com P<sub>2</sub> e P<sub>4</sub> que eventos relacionados causalmente sempre instanciarão leis estritas físicas, isso não implica, a seu ver, conferir qualquer poder causal adicional ao caráter físico dos eventos. Em outras palavras, eventos não causariam em virtude de propriedades mentais, como diz EP, mas também não causariam em virtude de propriedades físicas.

O que podemos notar nessa argumentação é que, como salientou Gibb, Davidson não entende que eventos têm propriedades em algum sentido objetivo, como algo independentemente de nossas concepções sobre eles. Eventos concretos têm poderes causais. Mas o caráter mental, físico ou o que for de um evento não pode afetar aquilo que causa, pois essas não são características que possua por si só, mas maneiras pelas quais nós os concebemos. Como Davidson diz, “nomear a invasão americana do Panamá de ‘Operação Justa Causa’ não altera as consequências do evento” (1993, p. 8).<sup>8</sup>

Em resposta, alguns autores buscaram salientar que a concepção de causalidade de Davidson é compatível com uma tese adicional de que relações causais ocorrem em virtude de certas propriedades (ver McLaughlin 1993, p. 30-31; Sosa 1993, p. 46).<sup>9</sup> Adicionalmente, também buscaram apontar problemas para a concepção meramente extensional de Davidson, dizendo, por exemplo, que acarretaria que relações causais são ‘fatos brutos’ (ver Kim 1993, p. 22; McLaughlin 1993, p. 32-33; e Sosa 1993, p. 46), ou que não permitiria distinguir regularidades genuínas de, por exemplo, ‘regularidades disjuntivas’ (ver Gibb 2006, p. 419). De acordo com essas respostas, Davidson não apenas poderia ter incorporado um sentido ontologicamente sério de propriedades e um critério de distinção entre propriedades eficazes e ineficazes, mas *deveria* tê-lo feito.

Consideremos primeiramente a objeção sobre fatos brutos. Por que seria inaceitável se a

---

8 Richard Feynman (1963, p. 15) diz algo semelhante sobre a distinção entre reações *químicas* e mudanças *físicas*: “Os demais processos até aqui descritos são chamados de processos físicos, mas [...] [a] natureza não se importa com como a chamamos, ela simplesmente segue em frente...” .

9 Vale notar que mesmo McLaughlin (1989, p. 346) reconheceu que a premissa do caráter nomológico da causalidade (P<sub>2</sub>) não implica que *apenas* propriedades que figuram em leis estrita (i.e. físicas, segundo Davidson) são causalmente eficazes.

concepção de Davidson de fato acarretasse que relações causais particulares são fatos brutos? É difícil saber, pois os críticos não dizem o porquê. Vejamos o que diz McLaughlin, o autor mais detalhado nessa questão:

[Davidson] parece afirmar que quando um evento causa outro, não há nada sobre os eventos em virtude do que isso é assim. Mas essa afirmação parece completamente implausível. Suponha que os eventos *c* e *e* estão relacionados causalmente, mas que os eventos *f* e *g* não estão. Tem de haver, então, ao que parece, alguma diferença entre *c* e *e*, por um lado, e *f* e *g*, por outro, em virtude da qual *c* e *e* contam como causalmente relacionados e *f* e *g* não. Alguém poderia, certamente, negar isso. Poderia dizer que *c* e *e* estão relacionados causalmente e que *f* e *g* não estão, e que isso é tudo. Mas que dois eventos contem como relacionados causalmente parece um candidato implausível a um fato bruto que não admite explicação. (McLaughlin 1993, p. 32-33)

Tanto quando posso ver, a única razão fornecida por McLaughlin contra conceber relações causais como fatos brutos é que isso é implausível. Mas nada mais é dito sobre *por que* isso seria implausível. Suponhamos, por exemplo, que quando *c* causa *e*, essa relação acontece em virtude de *c* e *e* terem certas propriedades, digamos, P e Q, que estão nomologicamente relacionadas. Assim, sempre que um evento tem a propriedade P, ele causa um evento que tem a propriedade Q. Deveríamos tomar agora como um fato bruto que as propriedades P e Q estão nomologicamente relacionadas? Por que isso não seria problemático também? Alternativamente, poderíamos conceber a relação causal particular como um fato bruto, e dizer que há uma relação nomológica entre P e Q em virtude de eventos particulares com as propriedades P e Q estarem sistematicamente relacionados como causa e efeito. Ao que parece, não há uma razão evidente para preferir qualquer uma dessas alternativas como a mais plausível.

Vejamos agora a objeção de Gibb, que diz que Davidson não poderia distinguir regularidades verdadeiramente genuínas de regularidades que envolvem, por exemplo, predicados disjuntivos. Ela diz:

Claramente, para fazer isso se precisa de uma maneira de distinguir predicados como 'grue' daqueles predicados mais respeitáveis que fornecem regularidades reais. E certamente a melhor maneira de fazê-lo é apelando à categoria ontológica das propriedades – embora haja predicados disjuntivos, não há propriedades disjuntivas as quais esses predicados correspondam. Portanto, não há regularidades disjuntivas objetivas. (Gibb 2006, p. 419)<sup>10</sup>

Independentemente de quaisquer méritos que essa proposta possa ter, é preciso notar que uma su-

---

<sup>10</sup> Um predicado como "x é grue" é entendido, nessa discussão, como "x é observado antes de *t* e é verde, e do contrário é azul" (ver Davidson 1970, p. 218).

posição crucial não foi defendida, a saber, que predicados como “grue” não podem compor enunciados legiformes genuínos. Mais decisivamente, Davidson, contra o qual essa sugestão é apresentada, argumentou que predicados disjuntivos *podem* figurar em enunciados de leis genuínas (ver Davidson 1970, p. 218, 227). Eis o seu exemplo:

H<sub>1</sub>. Todas as esmerrosas são verdemelhas.<sup>11</sup>

Algo é uma ‘esmerrosa’ se é observado antes de *t* e é uma esmeralda (do contrário, é uma rosa); e uma ‘verdemelha’ se é verde, se examinado antes de *t* (do contrário, é vermelho). Para que H<sub>1</sub> seja legiforme, é preciso que seja confirmado por instâncias positivas de esmerrosas verdemelhas. Segundo Davidson, isso não depende dos predicados tomados isoladamente, mas, antes, de como se comportam conjuntamente (p. 225-226). Em seguida, Davidson procura mostrar que é possível saber se algo é uma esmerrosa ou verdemelho sem saber o instante de tempo e conclui, com base nisso, que “é difícil ver por que desejaríamos negar que H<sub>1</sub> é confirmado por suas instâncias positivas, i.e., que é legiforme” (p. 227). Sendo assim, apesar de não ser claro se o argumento de Davidson é bem sucedido ou não, também não é claro que devêssemos aderir à sugestão de Gibb, já que ela não oferece argumentos para descartar a sugestão contrária oferecida pelo próprio Davidson.

Uma observação final. Alguém poderia sustentar, alternativamente, que Davidson deveria incorporar uma noção séria de propriedades porque o monismo anômalo *deveria mostrar que propriedades mentais são causalmente eficazes*. Nessa concepção, não bastaria que o monismo anômalo não implicasse o epifenomenismo de propriedades, pois deveria ainda implicar que propriedades mentais são causalmente eficazes. Essa parece ser a sugestão de Kim (1993). Ele concede que o monismo anômalo, com suas premissas, não implica a impotência causal das propriedades mentais, mas insiste que “falha em proporcionar às propriedades mentais um papel causal” (p. 20). Para Kim, isso basta para acusar o monismo anômalo de epifenomenismo,

pois se algo que pretende ser uma teoria da causação mental não atribui nenhum papel causal para propriedades mentais – se não tem nada a dizer sobre os poderes causais de propriedades mentais, enquanto diz bastante sobre os [poderes causais] de propriedades físicas – a teoria pode, parece-me, ser razoavelmente dita epifenomenista com respeito a propriedades mentais. (p. 20-21)

---

11 Aqui estou parafraseando ‘emerose’ como ‘emerrosa’ e ‘gred’ como ‘verdemelha’ (ver Davidson 1970, p. 225).

Penso que há dois erros cruciais na sugestão de Kim. O primeiro é pensar que é dado algum privilégio causal às propriedades físicas no monismo anômalo – algo que, como argumentei, não é o caso. O segundo é tomar o monismo anômalo como uma teoria da causação mental. O monismo anômalo não parece pretender explicar, por exemplo, quando e como ocorre a causação mental, mas, antes, é melhor visto como uma teoria sobre eventos mentais *em geral*, e sobre as relações entre os vocabulários físico e mental. Sendo assim, ainda que se concedesse que eventos causam em virtude de propriedades – algo que Davidson não faz – não parece razoável exigir de uma teoria sobre eventos mentais em geral que se comprometa com a tese de que causam (sempre?) em virtude de propriedades mentais. Nesse ponto, Kim parece estar ecoando a crítica influente que Elisabeth fez a Descartes, perguntando como uma alma imaterial poderia causar ações que envolvem movimentos corporais (ver Descartes e Elisabeth 2013, p. 172), isto é, como pode ocorrer a causação mental. Mas se for essa a questão – adaptada para o contexto monista de Davidson – então se trata de uma pergunta sobre a *possibilidade* da causação mental, e não uma tese dizendo que isso sempre acontece. Dessa maneira, parece injustificada a exigência de Kim de que o monismo anômalo, além de não implicar o epifenomenismo de propriedades, implique também a falsidade dessa tese.

Alguém poderia ainda replicar que o próprio Davidson (1993), ao recorrer à tese da superveniência, buscou garantir um papel causal para as propriedades mentais. Como diz, “se a superveniência vale, as propriedades psicológicas fazem diferença para as relações causais de um evento” (p. 14).<sup>12</sup> Mas, pelo que foi dito acima, não parece necessário adotá-la. Se a superveniência realmente implica um poder causal para propriedades mentais em geral, então não é claro por que deveria ser aceita no contexto do monismo anômalo, e tampouco foi fornecido um argumento para aceitá-la independentemente. Colocado de um modo mais geral: se o monismo anômalo implicasse o epifenomenismo de propriedades, e a tese da superveniência implicasse a eficácia causal de propriedades mentais, então Davidson não poderia consistentemente aceitá-la. Mas se o monismo anômalo não implica o epifenomenismo de propriedades, como sugiro aqui, não se segue que precise adotar ainda a tese da superveniência ou implicar que propriedades mentais em geral são causalmente eficazes. De fato, a atitude original de Davidson consistiu apenas em apontar que o monis-

---

<sup>12</sup> Novamente, o uso da noção de ‘propriedade’ tem um sentido peculiar, pois Davidson definiu a tese da superveniência nos seguintes termos: “um predicado *p* é superveniente sobre um conjunto de predicados *S* se, e somente se, *p* não distingue quaisquer entidades que não podem ser distinguidas por *S*” (1993, p. 4).



mo anômalo é “compatível” com a tese da superveniência (ver 1970, p. 214).

### Conclusão

A discussão apresentada neste artigo sugere o seguinte: as premissas a partir das quais o monismo anômalo foi defendido não implicam o epifenomenismo de propriedades (EP) e, além disso, Davidson rejeitou as teses adicionais que poderiam permitir essa derivação. Em réplica, alguns críticos buscaram mostrar que Davidson poderia incorporar essas teses, ou mesmo que deveria fazê-lo. Como indiquei, no entanto, Davidson tem recursos para responder aos problemas que motivam essa sugestão.<sup>13</sup> Vale destacar ainda que os argumentos dos críticos a favor de se postular uma categoria ontologicamente séria de propriedades já não dizem mais respeito a um possível problema específico sobre o mental. Antes, a discussão sugerida coloca em questão a adequação das concepções de eventos e da causalidade de Davidson de um modo geral, afetando igualmente eventos mentais, físicos ou quaisquer outros. Apesar das premissas do monismo anômalo não implicarem que eventos causam em virtude de propriedades mentais, também não implicam que causem em virtude de propriedades físicas. Eventos em geral, de acordo com a concepção de causalidade pressuposta no monismo anômalo, não causam em virtude de propriedades. Sendo assim, não há como o monismo anômalo implicar o epifenomenismo de propriedades, pois este diz, além de que eventos não causam em virtude de propriedades mentais, que causam em virtude de propriedades físicas. Parece então razoável concluir que o monismo anômalo não implica o epifenomenismo de propriedades, e que seus problemas, quaisquer que possam ser, têm de residir em outro lugar.<sup>14</sup>

### Referências

Nota: o ano original de publicação foi indicado entre colchetes sempre que uma reimpressão foi citada no texto.

Amaral, F. “Causação mental: Onde estivemos e onde estamos?”. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* 17.3 (2001): 235-244.

Antony, M. “Davidson’s argument for monism”. *Synthese* 135 (2003): 1-12.

Bizarro, S. “Filosofia da mente”. In: P. Galvão (org.), *Filosofia: Uma introdução por disciplinas*, p. 341-

<sup>13</sup> Ao fazer essa afirmação, deixo em aberto a possibilidade de a metafísica de eventos e da causalidade do monismo anômalo ter outros problemas.

<sup>14</sup> Sobre o que considero serem os problemas mais sérios com o monismo anômalo, ver o Artigo 4.

356. Lisboa: Edições 70, 2012.

Blackburn, S. Dicionário Oxford de filosofia. Tradução de Desidério Murcho et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

Campbell, N. "Causes and causal explanations: Davidson and his critics". *Philosophia* 31 (2003): 149-157.

Caorsi, C. *Lenguaje, acción, e interpretación. Una exposición crítica de la filosofía de Davidson*. Montevideo: Universidad de la República, 2008.

Crane, T. "The mental causation debate". *Proceedings of the Aristotelian Society* 69 (1995): 211-236.

Davidson, D. *Essays on actions and events*. 2<sup>nd</sup> ed. Oxford: Clarendon Press, 2001.

\_\_\_\_\_. "Eternal vs. ephemeral events" [1971]. In Davidson (2001), p. 189-203.

\_\_\_\_\_. "Mental events" [1970]. In: Davidson (2001), p. 207-225.

\_\_\_\_\_. "Thinking causes". In: J. Heil & A. Mele (1993), p. 3-17.

Feynman, R. *Six easy pieces*. New York: Basic Books, 1963.

Gibb, S. "Why Davidson is not a property epiphenomenalist". *International Journal of Philosophical Studies* 14 (2006): 407-422.

Glüer, K. *Donald Davidson: A short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

Heil, J. "Anomalous monism". In: H. Dyke (ed.), *From truth to reality: New essays in metaphysics*, pp. 85-98. London: Routledge, 2008.

Heil, J.; Mele, A. (eds.) *Mental causation*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

Honderich, T. "The argument for anomalous monism". *Analysis* 42, 1982: 59-64.

Kim, J. "Can supervenience and 'non-strict laws' save anomalous monism?". In: J. Heil and A. Mele (1993), p. 19-26.

\_\_\_\_\_. "The myth of non-reductive materialism". *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association* 63 (1989): 31-47.

Martins, P. "O monismo anômalo impede a causação mental? Donald Davidson enfrenta seus críticos", *Manuscrito* 25 (2002): 239-250.

McLaughlin, B. "On Davidson's response to the charge of epiphenomenalism". In: Heil e Mele (1993), p. 27-40.

\_\_\_\_\_. "Type epiphenomenalism, type dualism, and the causal priority of the physical" [1989]. In:

W. Lycan (ed.), *Mind and cognition: An anthology*. 2nd ed. Malden: Blackwell Publishing, 1999.

Melchert, P. "What's wrong with anomalous monism". *Journal of Philosophy* 83 (1986): 265-274.

Schimmenti, A. "Monismo anômalo, fisicalismo, causalidade mental". *Philosophos* 17.2 (2012): 43-75.

Sosa, E. "Davidson's Thinking causes". In: J. Heil and A. Mele (1993), p. 41-50.

Teixeira, C. "O Monismo anômalo de Donald Davidson e a ameaça epifenomenista", *Intelectu* 4 (2000). Disponível em: <<http://www.reocities.com/revistaintelecto/anomalo.html>>. Acesso em 10 dez. 2013.

## ARTIGO 3: THE DENIAL OF PROPERTY EPIPHENOMENALISM IN OBJECTIONS TO ANOMALOUS MONISM

**Abstract:** A standard objection against anomalous monism says that it entails the thesis of property epiphenomenalism. In assuming that thesis to be false, opponents of anomalous monism see this as a good reason for rejecting it. This paper assesses arguments against property epiphenomenalism, and argues that it remains an open possibility in the context of non-reductive forms of materialism. As a consequence, criticisms of anomalous monism must offer either a convincing case against property epiphenomenalism, or an alternative argument against anomalous monism. In the meanwhile, the charge of epiphenomenalism remains an insufficient reason for rejecting it.

**Keywords:** Anomalous Monism. Property Epiphenomenalism. Mental Properties.

### Introduction

Property epiphenomenalism is the thesis that the mental properties of an event (as opposed to, say, its physical properties) are not causally efficacious. In recent philosophy of mind it has often been a matter of concern for proponents of non-reductive forms of materialism (e.g. Jackson 1982, sec. 4; Fodor 1989; Davidson 1993; Chalmers 1996, ch. 4, sec. 4). The reason is that if one distinguishes the mental and physical properties of events, and assumes that the latter are causally efficacious, one has no assurance that mental properties are also causally efficacious. Moreover, depending on further commitments the non-reductive materialist might have, it may follow from her theory that mental properties are epiphenomenal. Therefore, some materialist theories might be in trouble if property epiphenomenalism is false.

This paper investigates the assumption that property epiphenomenalism is false as it appears in a common objection to Donald Davidson's anomalous monism. Given the relatively widespread rejection of property epiphenomenalism, one would expect there to be very good reasons for rejecting it. This is not the case, however. The few objections that have been put forth are not decisive. Property epiphenomenalism remains an open possibility in the context of non-reductive forms of materialism.

In what follows, Section 1 illustrates how the assumption that property epiphenomenalism is false figures in objections to anomalous monism. Section 2 reconstructs some arguments against property epiphenomenalism, and Section 3 argues that none of them succeeds (both sections focus on the so-called explanation objection). The conclusion is that no convincing case has been made

against property epiphenomenalism. Objections that assume property epiphenomenalism to be false, therefore, do not provide a solid ground for rejecting anomalous monism, although, of course, others may.

### 1. Anomalous monism and the charge of epiphenomenalism\*

Anomalous monism is a theory about the relationship between mental and physical events originally advanced by Davidson (1970). This is a monist theory because it insists that mental events are physical events, which amounts to saying that from an ontological point of view all events are of a single type. However, the thesis of mental anomalism denies the existence of strict connections between mental and physical descriptions of events; hence the former are irreducible to the latter. This entails that there is a duality from the linguistic or conceptual point of view (see Davidson 1993, p. 3).

Davidson's argument for anomalous monism arises from an attempt to show that the three following premises are consistent (see Davidson 1970, p. 208):

- P1. Mental events causally interact with physical events, both as causes and as effects.
- P2. The existence of a causal relation between two events entails the existence of a causal law covering those events.
- P3. There are no causal laws for events described in mental terms.

Davidson's argument (1970, p. 215) proceeds by distinguishing, on the one hand, causal *relations* – that are supposed to hold between individual events “no matter how described” – and, on the other, causal *laws* – which “are linguistic” and thus sensitive to the way events are described. Given P1, there are mental events that causally interact with physical events. Then, given P2, we might expect there to be laws relating mental and physical events. But that is precisely what P3 denies! How can this be? Davidson's solution consists in arguing that events related as causes and effects can be described in various ways, but that only some of those descriptions are suitable for incorporation in strict laws. He argues that only physical descriptions serve this purpose, but not descriptions that make use of mental terms. The reasons for this have to do with rationality constraints that

---

\* To avoid repetitions, the reader may want to go straight to the last paragraph of this section.

govern the use of mental terms in psychological theories (see Davidson 1970, p. 221-223; 1974, p. 231). Therefore, if a mental event interacts causally with a physical event, that event must also have a physical description, which falls under a physical law. This means that the mental event is a physical event, and constitutes Davidson's monism.

A common objection to the above argument is that it cannot avoid property epiphenomenalism. Because the consequence is unacceptable – so goes the objection – anomalous monism is also unacceptable.<sup>1</sup> Property epiphenomenalism is here understood as the thesis that “events cause other events in virtue of falling under physical types, but [...] no event can cause anything in virtue of falling under a mental type” (McLaughlin 1993, p. 28).<sup>2</sup> So construed, therefore, it is a general claim that says that *all* mental properties are epiphenomenal. Davidson himself denied that anomalous monism entails this, arguing that within the metaphysics of anomalous monism it makes no sense to say that when an event causes another the causal relation holds in virtue of some of the properties of the cause, but not in virtue of others (Davidson 1993, p. 6-7). In response, some have sought to show that, despite Davidson's claim to the contrary, his extensional account of causation does not prevent anomalous monism from entailing property epiphenomenalism (see Kim 1993; McLaughlin 1993; and Sosa 1993). More recently some authors have gone along with Davidson on this matter, challenging the legitimacy of embedding property epiphenomenalism within Davidson's metaphysics of events and causation (e.g. Crane 1995, p. 226; Campbell 2003; Gibb 2006; and Heil 2008). Despite these divergences, all parties, Davidson included, have apparently agreed that property epiphenomenalism is false, and, for that reason, would be an intolerable consequence for anomalous monism.

## 2. Arguments against property epiphenomenalism

Why then do these authors reject property epiphenomenalism? Honderich (1982), one of the first to point out this sort of problem with anomalous monism, does not put himself manifestly against property epiphenomenalism. Instead, he argues that Davidson is, or should be, committed to the-

---

1 Honderich (1982), Kim (1989, 1993), McLaughlin (1993) and Sosa (1984, 1993) are among the proponents of this sort of objection.

2 Property epiphenomenalism is to be distinguished from *event* epiphenomenalism, which says that “physical events cause mental events, but mental events cannot cause anything” (McLaughlin 1993, p. 28). Property epiphenomenalism can be false even if mental events cause physical events, if these causal relations do not happen in virtue of the mental properties of the cause.

ses that contradict mental anomalism (P<sub>3</sub>). Honderich's argument can be divided into the following steps. First, he defends what he calls "the Principle of the Nomological Character of Causally Relevant Properties" (p. 62). According to this principle, the properties in virtue of which a causal relation holds are those in virtue of which the related events are in a lawlike connection. Something like this:

- A. If certain properties are efficacious for a causal relation, then there is a causal law covering the case at hand that mentions those properties.

A logical consequence of A, in particular, is that

- B. If mental properties are efficacious for a causal relation, there is a causal law that mentions mental properties.

Moreover, Honderich says that Davidson is committed to "the conviction of the efficacy of the mental" (p. 63). That is, Davidson would be committed to denying property epiphenomenalism, and thus has to accept that

- C. Mental properties are causally efficacious.

Given B and C, Davidson would have also to accept that

- D. There are causal laws that mention mental properties.

But then anomalous monism would be inconsistent, since P<sub>3</sub> denies that mental properties figure in strict laws.<sup>3</sup> As it seems, thus, Honderich's objection is not committed to the denial of property epiphenomenalism, but merely says that Davidson is committed to C, and should accept B, in the

---

3 Strictly speaking, the qualification 'strict' should appear before all occurrences of 'law' in A-D, otherwise Honderich's criticism misses an important distinction assumed in Davidson's argument (see 1970, p. 216; 1993, p. 8-9). For simplicity, I call attention to this distinction only when necessary.

face of which it is inconsistent to deny psychological laws.

Things however are not so straightforward. An inconsistency means that not all statements of a set can be simultaneously true. Oftentimes, one can detect an inconsistency without knowing which statement(s) in the set is(are) false. If an inconsistency comes up, for instance, with a pair of contradictory propositions, then in principle one can overcome it by rejecting any one of the two propositions. In Honderich's criticism the inconsistency appears because D contradicts mental anomalism (P3). So in principle Davidson could choose which one of these two theses to give up. Of course this is a possibility only in principle, since Davidson could not abandon the principle of the anomalism of the mental and still hold *anomalous* monism. So he would have somehow to reject D.

Given that D follows from C and B, in order to deny D Davidson would have also to deny C or B. Since Honderich argues for principle A, from which B follows, Davidson would be left only with the option of denying C. This, in its turn, amounts to saying that Davidson would be left only with the option embracing property epiphenomenalism. According to Honderich, however, the cost of this alternative is that

the resulting picture seems not to account for a conviction that lies behind acceptance of his first claim [P1] when it is naturally understood, as the claim that the mental as mental causes the physical. This is the conviction of the efficacy of the mental, already mentioned. It is the conviction that an event as mental is an ineliminable part of any full explanation of an action. It is the very root of the common denial of various epiphenomenalist doctrines. (1982, p. 63-4)

The sole reason against property epiphenomenalism given in this quote is that it goes against 'the conviction of the efficacy of the mental'. But Honderich gives no further reason why this conviction should be kept. So if we accept principle A, as Honderich proposes, the evaluation of the force of his objection still depends on a decision concerning the status of property epiphenomenalism.

Kim (1989) offers a similar criticism of anomalous monism. He says that anomalous monism allows for no causal role for mental properties. Premises P2 and P3 would imply that "the very same network of causal relations would obtain in Davidson's world if you were to redistribute mental properties over its events any way you like" (p. 34). In other words, Kim claims that since Davidson does not postulate any strong connection between mental and physical properties, it is possible that an event that has mental and physical properties would have the same effects even if



it had no mental property. This is equivalent to saying that its mental properties have no causal efficacy.

The reason why Kim thinks this unacceptable is that “what does no causal work does no explanatory work either” (p. 35). Thus, anomalous monism would leave the existence of the mental “wholly mysterious and causally inexplicable”, which according to Kim is not “a form of existence worth having” (p. 35). If explanation really requires causally efficacious properties, then Davidson faces a serious problem, since he himself actively defended that mental properties can be causally explanatory (Davidson 1963). So if Kim’s suggestion that epiphenomenal properties do not have any explanatory role is correct, we now have a reason to exclude from the alternatives available to Davidson the denial of step C in Honderich’s objection – which is to say that Davidson cannot accept property epiphenomenalism.

Other criticisms of anomalous monism have regarded property epiphenomenalism as false without further justification. Sosa (1984, p. 278), for example, merely says that anomalous monism is not “really compatible with the full content of our deep and firm conviction that mind and body each acts causally on the other.” This resembles the above-mentioned claim by Honderich according to which anomalous monism is incompatible with the ‘the conviction of the efficacy of the mental’. Kim (1993), McLaughlin (1993), and Sosa (1993) likewise fail to provide arguments for rejecting property epiphenomenalism. Even Davidson (1993, p. 13) seems to have assumed that entailing property epiphenomenalism would be a good reason for discrediting anomalous monism. Fodor (1989, p. 153) also criticizes anomalous monism, and his strategy includes rejecting that which he thinks gives rise to the epiphenomenalist worry, namely, premise P2. But from the outset his purpose is to avoid epiphenomenalism, because accepting it would be “the end of the world” (p. 156). But, again, this does not explain why property epiphenomenalism should be avoided.

Then, except for Kim (1989), those who reject anomalous monism on the basis of its alleged epiphenomenalist implications have not been careful in justifying their rejection of property epiphenomenalism. Outside the specific context of anomalous monism, we do find some other objections which might be worth considering. Burge, for example, puts forth a series of objections to property epiphenomenalism according to which we have stronger reasons to believe that property epiphenomenalism is false than to accept the metaphysical assumptions that seem to lead to it –

among which he includes the very thesis of physicalism (see Burge 1993, pp. 103, 117). His positive argument in favor of the causal efficacy of mental properties takes into account their role in our explanatory practices:

...if intentional mental events are type-individuated in terms of their intentional 'aspects' [...] and if such events enter into causal relations and are cited (in terms of those aspects) in explanations, then there seems to be every reason to conclude that those aspects are causally efficacious. None of the metaphysical considerations advanced in current discussion seem to me remotely strong enough to threaten this conclusion. (p. 118)

Thus, according to Burge, we have a reason to believe in the causal efficacy of mental properties due to the fact that they are mentioned in scientific and ordinary psychological explanations. Moreover, these explanatory practices are by far better established than the philosophical premises that give rise to worries about epiphenomenalism.

Burge also says what he thinks is unattractive about epiphenomenalism. He points out the fact that epiphenomenalism conflicts with our common understanding of ourselves as agents:

Causal implications are built into our intentional concepts and intentional modes of explanation. We think that we make things happen because we make decisions or will to do things. We think that we make assertions, form theories, and create cultures, because we think certain thoughts and have certain goals – and we express and fulfill them. [...] Our agency consists in our wants', willings', thoughts', values' as such (under these [mental] 'aspects') having some sort of efficacy in the world. (p. 119)

By taking this suggestion seriously, we could construct an argument to the effect that epiphenomenalism ultimately implies a practical contradiction. The argument might run as follows. Building theories and asserting theses are kinds of intentional actions. Consider assertions. An assertion may be understood as a speech act by which someone sincerely conveys a belief (see Searle 1969, p. 64-66). Then, if every assertion entails the possibility of a causal explanation that presupposes the causal efficacy of the mental properties of beliefs and other thoughts, it follows that if property epiphenomenalism is true, assertions are impossible – and, thus, asserting epiphenomenalism is also impossible.<sup>4</sup>

There are also other objections to epiphenomenalism in general, and to property epiphenomenalism in particular. However, in recent literature they are more often discussed by authors who reject them. Here I will mention only two of them, which seem to be the most recurrent. The

---

4 For a discussion of this sort of objection in the context of *event* epiphenomenalism, see Robinson (2012, sec. 2.4).

first is based on evolutionary theory. According to this objection, natural selection would preserve only properties that might enhance a species's survival or reproductive success, and epiphenomenal properties cannot do any of these things. Therefore, given that mental properties have been preserved, it is unlikely that they are epiphenomenal. A second objection concerns our knowledge of other minds, and claims that knowledge of other minds requires mental properties to be causally efficacious – e.g., as causes of their behavior, which otherwise would provide no evidence of the corresponding mental states. Given that we do know at least sometimes what goes on in someone else's mind, property epiphenomenalism is most likely false.<sup>5</sup>

### 3. Assessing arguments against property epiphenomenalism

Are the objections we have considered so far successful in dismissing property epiphenomenalism? In order to answer this question, let us start by assessing the force of the explanation objection. Kim and Burge alike claim that if a mental property plays an explanatory role, then it must be causally efficacious. Horowitz (1999) replies to this objection, saying that properties that are not themselves causally efficacious can be explanatory and predictive if they are appropriately correlated with causally efficacious properties:

...we can be satisfied with an explanation that systematically relates these [epiphenomenal] properties – in our case mental properties – to other properties which are supposed to be causally efficacious – non-mental brain properties in our case. [...] What is required is that entities which possess a specific property of the former set possess, as a matter of nomological necessity, a specific property of the latter set. In our case, that is, such a nomological correlation between mental properties and non-mental brain properties can account for psychological success. (Horowitz 1999, p. 427-428)

The suggestion here is that epiphenomenal properties can be explanatory and predictive provided that they are nomologically correlated with efficacious properties.

In order to see how this strategy might work, let us take  $L_1$  as a hypothetical causal law. It relates as cause and effect events that have, respectively, properties P and Q, in such a way that we

---

5 Both objections appear in Jackson (1982, p. 444-5), Horowitz (1999, pp. 427-32), and Robinson (2012, sec. 2.2, 2.3). Other objections to property epiphenomenalism are that it seems obvious that mental properties have causal powers (Jackson 1982, p. 444), or that we know that from introspection (Horowitz 1999, pp. 424-425). Horowitz also discusses an objection from the ontology of properties (pp. 425-427). Robinson (2012) offers a review of several objections against epiphenomenalism, and Chalmers (1996, ch. 5) discusses objections from reference to, remembering of, and self-knowledge of phenomenal qualities. All those authors reject the objections discussed.

can derive from  $L_1$ , together with a description of the initial situation,  $S_1$ , the prediction  $P_1$ :

$L_1: (x) (Px \rightarrow \exists y (Qy \ \& \ x \text{ causes } y))$

$S_1: Pa$

...

$P_1: Qb \ \& \ a \text{ causes } b.$ <sup>6</sup>

$P_1$  is thus a prediction of event  $b$  on the basis of  $L_1$  and  $S_1$ . Let us suppose further that  $P$  and  $Q$  are causally efficacious properties, and that they are correlated with the epiphenomenal properties,  $R$  and  $S$ , in the following way:

$C_1: (x) (Px \leftrightarrow Rx)$

$C_2: (x) (Qx \leftrightarrow Sx)$ <sup>7</sup>

Given these correlations, it follows that prediction  $P_2$  will be true in exactly the same circumstances in which  $P_1$  is true, the same holding for  $L_1$  and  $L_2$ ,  $S_1$  and  $S_2$ :

$L_2: (x) (Rx \rightarrow \exists y (Sy \ \& \ x \text{ causes } y))$

$S_2: Ra$

...

$P_2: Sb \ \& \ a \text{ causes } b.$

---

6 Law  $L_1$  says that, for every event  $x$ , if  $x$  has property  $P$ , then there is an event  $y$  such that it has property  $Q$  and is caused by  $x$ .  $P_1$  is a prediction derivable from  $L_1$  and  $C_1$ . It infers from  $Pa$  that there is an event  $b$  that has the property  $Q$  and is caused by  $a$ . This is a simplified version of Davidson's account of a strict law (Davidson 1967, p. 158).

7 Someone might object that it is impossible (or at least unlikely) that mental properties are correlated with physical properties in the way indicated, because of the *multiple realizability* of mental properties (see, e.g., Fodor 1974). However, the relations expressed by  $C_1$  and  $C_2$  can be rendered more complex in order to accommodate multiple realizability. For example, instead of mentioning *a single* physical property with which a mental property is correlated, one could say that there must be *some* physical property with which it is correlated. Thus,  $C_1$  could be rewritten, for example, as " $(x) (Rx \leftrightarrow \exists P (\Phi P \ \& \ Px))$ ", where ' $\Phi$ ' means that ' $P$ ' is a physical property.

Then Horowitz's appeal to correlations would convey a predictive and explanatory role for epiphenomenal properties, contrary to what the explanation objection says.

However, Horowitz's suggestion invites at least two questions. One concerns nomological correlations between mental and physical properties. Given the thesis of mental anomalism (P<sub>3</sub>), these nomological correlations would not apparently be available in the context of anomalous monism. The second is not restricted to anomalous monism, and concerns the conception of explanation Horowitz assumes. It seems that he takes explanation as an analogue of prediction, and, as we will see, this strategy may be vulnerable to traditional objections to deductive-nomological theories of explanation.

Let us consider first if Horowitz's suggestion could work without assuming any kind of correlation between mental and physical properties that Davidson would deny. Davidson says that psychological laws are not strict; as others also say, psychological laws include *ceteris paribus* clauses (see Davidson 1993, p. 11; and Fodor 1974). This is why L<sub>2</sub> does not represent accurately the sort of laws to be found in psychology. Likewise, Davidson denies strict 'psychophysical' laws (or bridge-laws) such as C<sub>1</sub> and C<sub>2</sub>. In order to carry on Horowitz's suggestion, therefore, we need a way to grant predictive capacities to allegedly epiphenomenal properties even if the laws in which they appear are *ceteris paribus*, and the correlations less than strict.

In a footnote Horowitz seems to allow for such a possibility. He says that "it is reasonable to argue that even a correlation less strict than nomological will do, since the correlation between mental states *and behavior* is not assumed to be strictly nomological" (1999, p. 428, n. 10). This suggestion may work if we reformulate L<sub>2</sub> in the following way:

L<sub>2</sub>': (x) (Rx & C → ∃y (Sy & x causes y))<sup>8</sup>

In L<sub>2</sub>', "C" stands for the conjunction of all the clauses whose satisfaction, together with the occurrence of an event of type R, entails the occurrence of the effect, y, that has property S. We can now

---

8 Fodor (1989, p. 152) says that "if it's a law that  $M \rightarrow B$  *ceteris paribus*, then it follows that you get Bs whenever you get Ms *and the ceteris paribus conditions are satisfied*". Except for the fact that L<sub>2</sub>' explicitly indicates that the events x and y stand in a causal relation, L<sub>2</sub>' and Fodor's formulation are logically equivalent. However, Fodor argues that the properties mentioned in *ceteris paribus* laws are causally efficacious. In what follows I want to suggest that L<sub>2</sub>' is in fact consistent with its properties being epiphenomenal.

assume that properties R and S are epiphenomenal and ask if L2' still delivers correct predictions. Along with Horowitz's previous suggestion, a correlation with causally efficacious properties suffices, but this correlation needs to be weaker than C<sub>1</sub> and C<sub>2</sub>. The following reformulations correlate the psychological properties of L2' with the allegedly efficacious properties of L<sub>1</sub>, P and Q, in a way that is sensitive to the satisfaction of C:

$$C_1': (x) (Rx \ \& \ C \leftrightarrow Px)$$

$$C_2': (x) (Sx \ \& \ C \leftrightarrow Qx)$$

These correlations must ensure that, whenever conditions C are satisfied, events that instantiate R and S also instantiate P and Q, respectively. We can assume, in the face of C<sub>1</sub>' and C<sub>2</sub>', that R and S are epiphenomenal mental properties that are correlated, in the relevant cases, with the allegedly efficacious properties, P and Q. The outcome is that L2' predicts the same events, either under the assumption that R and S are causally efficacious, or under the assumption that they are epiphenomenal, but correlated to P and Q via C<sub>1</sub>' and C<sub>2</sub>'. As mentioned above, Fodor (1989) argues that a law similar to L2' shows that the properties it mentions are causally efficacious. If L2' were a sufficient condition for the efficacy of its properties, then my claim that epiphenomenal properties may allow correct predictions would rest unsupported. However, unlike Fodor, the correlations C<sub>1</sub>' and C<sub>2</sub>' suggest that it is perfectly possible for there to be a second law, which has no *ceteris paribus* conditions and whose properties can be taken as causally efficacious. One might claim that in such a case both the properties of L<sub>1</sub> and L2' would be causally efficacious. But even if this is a possibility, insofar as they are not *necessarily* both efficacious – and I cannot see why they should be – we have an answer to our first question: epiphenomenal properties can be predictive, even in the context of anomalous monism.

Let us now turn to the second question, namely, whether the strategy of correlations is vulnerable to traditional objections to deductive-nomological models of explanation. According to critics of these models, prediction does not entail explanation, and, therefore, arguments such as those we have been considering may not be explanatory, even if they are predictive. We can deduce the height of a building from the size of its shadow together with some knowledge of geome-

try, optics and the position of the Sun but this does not entail – critics would say – that the size of the shadow *explains* the size of the building (see e.g. Bromberger 1966, sec. V, and Godfrey-Smith 2003, p. 193-194). For our present purposes, a better example is Strevens's (2006): we can predict that all hexed salt will dissolve in water, but this does not explain why. Indeed, we know that hexing is irrelevant to the dissolution of the salt. Dissolution is due to the chemical properties of salt and water and has nothing to do with hexing. So a predictive property may not be explanatory.

Horowitz apparently conceives explanation as an analogue of prediction, and so it seems that the strategy we have been pursuing is vulnerable to the above sort of criticism.<sup>9</sup> We must then address the question whether being mentioned in an explanation guarantees that a mental property is causally efficacious. Let us take into account a concrete case of psychological explanation. There is accumulated evidence of the effectiveness of implementation intentions as conducive to the realization of planned actions (see, e.g., Baumeister et al. 2011, p. 336). Implementation intentions are plans of the form “If A happens, then I will do B”, which link appropriate behavioral responses to specific environmental circumstances. We have to ask then if these implementation intentions are effective in virtue of their mental properties.

In general lines, psychologists explain the efficacy of implementation intentions by saying that they create a link between a specific situational cue and the behavioral response, in such a way that the behavioral response becomes automatic in the presence of the cue:

the mental representation of the critical situational cues specified in the if-part of an implementation intention becomes highly activated and these cues are more easily recalled and detected, as well as more readily attended to. Moreover, in the presence of the critical cue, the initiation of the goal-directed response specified in the then-part becomes automated in the sense that it is now immediate, efficient (i.e. effortless), and no longer requires conscious intent. (Gollwitzer 2006, p. 14)

According to this explanation, then, an implementation intention has effects because it (1) renders more active a mental representation of a specific situation, which, in turn, (2) creates a disposition to respond automatically when the represented situation occurs. We have here a concrete example of an explanation that mentions mental properties (“mental representation”, “recall”, “detection”,

---

<sup>9</sup> He says: “Explanation is sometimes understood as the post factum analogue of prediction. [...] According to this approach, the mental *qua* mental does have explanatory power on the physicalist-epiphenomenalist picture, since we can predict behavior – and hence explain it – on the basis of ascription of *mental properties*” (p. 428).

“attend”). Does this entail that the causal relation between implementation intentions and behavior occur in virtue of such properties?

The first thing to be noted is that, despite the fact that the explanation refers to events as having certain properties, it only supports the claim that the *events* described take part in a causal sequence: it happens that a representation is activated, and that the behavior is later automatically initiated. The explanation, thus, says nothing explicitly about “in virtue of” questions. Now let us assume for a moment that some form of non-reductive materialism such as anomalous monism is true, that is, that events that have mental properties have also (distinct) physical properties. Then, it seems unreasonable to conclude that the mental properties mentioned in psychological explanation are actually the causally efficacious properties of the events in which they appear, since we are assuming that these events also have physical (or, more generally, non-mental) properties that are still not well known.<sup>10</sup> Compare this with the case of hexed salt dissolution: we have reasons for saying that the property of being hexed is causally irrelevant to the dissolution of salt in water, because we do know the role played by underlying physical and chemical properties. Then, in the case of mental events, how could we exclude from the outset that those further, non-mental properties will not be causally efficacious, instead (or even together) with the presently known mental properties?<sup>11</sup>

Of course, one might reject non-reductive materialism. For example, one might embrace some strong form of dualism and say that no mental event has physical properties. Then evidence for the causal efficacy of mental *events* would be also evidence for the causal efficacy of mental properties. Alternatively, one might defend reductive materialism, and say that mental properties *are* physical properties. This would rule out property epiphenomenalism because it excludes that unknown physical properties could be causally efficacious *instead* of mental properties. Presently I have nothing to say against any of these alternative ways of rejecting property epiphenomenalism. But one point must be emphasized: the proponents of these alternatives cannot reject non-reduc-

---

<sup>10</sup> Regarding implementation intentions, Gollwitzer (2006, p. 18) describes as an open and promising question “what are the neural substrates of action control by implementation intentions” (for some incipient knowledge of brain areas associated with implementation intentions, see Gilbert et al. 2009).

<sup>11</sup> The proponent of the explanation objection might insist that if mental properties turn out to be inefficacious, then what we now take as psychological explanations are not *really* explanations. If we accept this, however, the question that becomes open is whether mental properties are indeed explanatory. Consequently, it remains also open whether mental properties are causally efficacious.



tive materialism by saying that it entails property epiphenomenalism, since this would beg the question. To be more precise, either the critics of non-reductive forms of materialism make an independent case against property epiphenomenalism, or they need an independent case against non-reductive materialism. In the specific case under discussion, it is noteworthy that anomalous monism was largely criticized on the basis of supposedly epiphenomenalistic consequences. If the suggestion above is correct, then this is not the appropriate way to criticize anomalous monism.

We mentioned some alternative objections to property epiphenomenalism above, so it is time now to see why they fail. Against the objection based on evolutionary theory, the most common answer is that a feature that does not increase an organism's survival may nonetheless be naturally selected if it is a byproduct of other features that do have survival value (see Horowitz 1999, pp. 432-3; Jackson 1982, p. 444). More important, some biologists now acknowledge that factors other than the natural selection of adaptive traits may have also influenced the evolution of species (see e.g. Gould 1980, and Mitchell 2009, p. 85-87). And finally, insofar as we are treating mental *properties* as possibly epiphenomenal, we are free to say that mental *events* are not. Mental events may have physical effects and thus can be adaptive even if not in virtue of their mental properties.

A second objection concerned the knowledge of other minds. According to it, our knowledge of someone else's mental states depends on an inference from similar behavior to similar mental causes. It is not at all evident how this objection could affect property epiphenomenalism, since the latter accepts that mental events can cause other events. Even if mental properties were epiphenomenal, we might still be able to infer them from observable behavior because

If we know that in our own case the causes of behavior [...] correlate with instantiations of mental properties, we are justified in inferring that the causes of others' behavior correlate with similar mental properties. (Horowitz 1999, p. 430)

In the opposite direction, we can also infer similar *effects* from similar causes. We could infer that similar creatures "probably hurt when affected like me, e.g., when their bodies are stuck with pins, beaten, cut and so on" (Robinson 2012, sec. 2.3). Similarly, we could infer similar beliefs or desires from exposure to similar stimuli. According to Robinson, this kind of inference might be even surer, since "there can sometimes be different causes of undetectably similar effects" (sec. 2.3). One might reply that both alternatives require first person knowledge, and that this in turn is not avail-

able without the causal efficacy of mental properties. But a property epiphenomenalist can then just say that her thesis allows for mental events to cause beliefs about the person who has them, and challenge those who reject property epiphenomenalism to say what epistemic advantage those beliefs might have if they were additionally caused *in virtue of mental properties*. As Horowitz's says, "such a 'by virtue' connection adds nothing to the likelihood that the beliefs in question are true" (1999, p. 432).

Lastly, let us consider the objection according to which it would be impossible to assert property epiphenomenalism; that someone who asserts it *because she believes that it is true* commits a practical contradiction. Again, there seems to be nothing in the concept of an assertion that requires it to be caused *in virtue* of the mental properties of beliefs. There seems to be no contradiction in saying that someone asserted that *p* just because of the event of her believing that *p*, though she has not asserted it in virtue of that event's property of being a belief that *p*. This could be the case, for example, if the belief in question had also non-mental properties (e.g. properties in virtue of which vocal folds might have been caused to vibrate appropriately). In such a case, the associated behavior occurs because of the mental event in question, although not necessarily in virtue of its mental properties. I see no problem if this is all that Davidson's first premise means in the context of anomalous monism. But I leave it open here whether this contradicts theses that Davidson accepted elsewhere.<sup>12</sup>

## Conclusion

Property epiphenomenalism seems to be an open possibility in the context of non-reductive materialist theories of mind, such as Davidson's anomalous monism. Property epiphenomenalism may seem to contradict our ordinary beliefs about the powers of our own minds, but by itself this is not a good argument against it. In fact, the arguments that have been advanced so far are less than conclusive. A particular consequence of this is that critics of anomalous monism (and perhaps of other non-reductive forms of materialism) must either to provide a better argument against property epiphenomenalism, or abdicate criticizing it on the basis of the 'charge of epiphenomenalism'. I do not deny that both things could be done. For example, one might provide a straightforward example of scientific explanation that entails that mental events cause in virtue of their mental prop-

---

<sup>12</sup> For example, Campbell (2003) claims that this contradicts the analysis of 'because' in Davidson (1963).

erties. Since I have analyzed just one particular case, it is perfectly possible that other cases could falsify property epiphenomenalism. It is noteworthy that a single such case is sufficient for rejecting property epiphenomenalism, for it is a general thesis that says that *no* mental event causes in virtue of mental properties. That single counterexample, as far as I can tell, however, is still to be presented. Regarding anomalous monism, countless other objections have been leveled against it (see e.g. the extensive review by Yalowitz 2012). But, as John Heil wrote, “If we are to put Davidson behind us [...] we ought to do so for the right reasons” (2008, p. 98).

## References

Note: the year of original publication is indicated within brackets whenever a reprint was used.

Baumeister, R., Masicampo, E., e Vohs, K. “Do Conscious Thoughts Cause Behavior?” *Annual Review of Psychology* 62 (2011): 331-361.

Bromberger, S. “Why-Questions”. In: R. Colodny (ed.), *Mind and Cosmos*, p. 86. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1966.

Burge, T. “Mind-body Causation and Explanatory Practice”. In: J. Heil and A. Mele (1993), p. 97-120.

Campbell, N. “Causes and Causal Explanations: Davidson and his Critics”. *Philosophia* 31 (2003): 149-157.

Chalmers, D. *The Conscious Mind. In Search of a Fundamental Theory*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

Crane, T. “Mental Causation”. *Proceedings of the Aristotelian Society* 69 (1995): 211-253.

Davidson, D. “Actions, Reasons, and Causes” [1963]. In: D. Davidson (2001), p. 3-19.

\_\_\_\_\_. “Causal Relations” [1967]. In: D. Davidson (2001), p. 149-162.

\_\_\_\_\_. *Essays on Actions and Events*. 2<sup>nd</sup> ed. Oxford: Clarendon Press, 2001.

\_\_\_\_\_. “Mental Events” [1970]. In: D. Davidson (2001), p. 207-225.

\_\_\_\_\_. “Psychology as Philosophy” [1974]. In: D. Davidson (2001), p. 229-244.

\_\_\_\_\_. “Thinking Causes”. In: J. Heil and A. Mele (1993), p. 3-17.

Descartes, R. and Elisabeth. *The Correspondence between Princess Elisabeth of Bohemia and René Descartes*. Ed. and Transl. by L. Shapiro. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

Fodor, J. “Special Sciences, or the Disunity of Science as a Working Hypothesis”. *Synthese* 28 (1974):

97–115.

\_\_\_\_\_. “Mind Matters” [1989]. In: J. Fodor, *A Theory of Content and Other Essays*, pp. 137-159. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990.

Gibb, S. “Why Davidson is not a Property Epiphenomenalist”. *International Journal of Philosophical Studies* 14 (2006): 407-422.

Gilbert, S.; Gollwitzer, P.; Cohen, A.; Oettingen, G.; Burgess, P. “Separable Brain Systems Supporting Cued Versus Self-Initiated Realization of Delayed Intentions”. *Journal of Experimental Psychology* 35.4 (2009): 905-915.

Godfrey-Smith, P. *Theory and Reality: An Introduction to the Philosophy of Science*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

Gollwitzer, P. “Open Questions in Implementation Intention Research”. *Social Psychological Review* 8.1 (2006): 14-18.

Gould, S. “Is a New and General Theory of Evolution Emerging?”. *Paleobiology* 6.1 (1980): 119-130.

Heil, J. “Anomalous Monism”, p. 85-98. In: H. Dyke (ed.), *From Truth to Reality: New Essays in Metaphysics*. London: Routledge, 2008.

Heil, J. and Mele, A. (eds.) *Mental Causation*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

Honderich, T. “The Argument for Anomalous Monism”. *Analysis* 42 (1982): 59-64.

Horowitz, H. “Is There a Problem in Physicalist Epiphenomenalism?”. *Philosophy and Phenomenological Research* 59.2 (1999): 421-434.

Jackson, F. “Epiphenomenal Qualia” [1982]. In: W. Lycan (1999), pp. 440-446.

Kim, J. “Can Supervenience and ‘Non-strict Laws’ Save Anomalous Monism?”. In: J. Heil and A. Mele (1993), pp. 19-26.

\_\_\_\_\_. “The Myth of Non-reductive Materialism”. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association* 63 (1989): 31-47.

Lycan, W. (ed.). *Mind and Cognition: An Anthology*. Malden: Blackwell, 1999.

McLaughlin, B. “On Davidson’s Response to the Charge of Epiphenomenalism”. In: Heil e Mele (1993), pp. 27-40.

Mitchell, M. *Complexity: A guided Tour*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

Robinson, W. “Epiphenomenalism”. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2012 Edition). Available in: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2012/entries/epiphenomenalism/>>. Access on: 5 Dec. 2013.

Searle, J. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

Sosa, E. "Davidson's Thinking Causes". In: J. Heil and A. Mele (1993), p. 41-50.

\_\_\_\_\_. "Mind-body Interaction and Supervenient Causation". *Midwest Studies in Philosophy* 9 (1984): 271-281.

Strevens, M. "Scientific Explanation". In: D. M. Borchert (ed.), *Encyclopedia of Philosophy*, 2<sup>nd</sup> ed. Detroit: MacMillan, 2006.

Yalowitz, S. "Anomalous Monism". In: E. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2012 Edition). Available at: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/anomalous-monism/>>. Access on: 5 Dec. 2013.

## ARTIGO 4: WHY WE SHOULD REJECT ANOMALOUS MONISM

**Abstract:** Although Donald Davidson's anomalous monism has been widely rejected in recent decades, there seems to be no agreement on a specific reason for rejecting it. This paper claims that Davidson's monism is to be rejected because, first, his argument for it requires the problematic assumption that physics can provide strict causal laws for causal relations in general, and, second, because that monism requires an ontology of events for which no satisfactory criterion of identity has been provided. Davidson's theses of mental anomalism and irreducibility, on their turn, remain acceptable despite his arguments for them having been regarded unclear.

**Keywords:** Anomalous Monism. Strict Laws. Events. Mental Anomalism.

### Introduction

There is a widespread belief that Donald Davidson's anomalous monism is no longer a running contender in the quest for an adequate theory of the mind. Sometimes, this is stated explicitly, as in Jens Harbecke's recent contribution to the topic: "Today, only few philosophers refer to themselves as 'Davidsonians', and references to Anomalous Monism seem to be reserved mainly to historical sections of original papers and to textbooks on the philosophy of mind" (2013, p. 2). Despite this apparent agreement that anomalous monism is to be rejected, however, the specific reasons for which it has been rejected are various and disputed. The most popular story about why anomalous monism fails – namely, that it entails property epiphenomenalism, which is unacceptable (see Honderich 1982; Kim 1989, 1993; McLaughlin 1993; and Sosa 1993) – is nowadays seen as inappropriate by an apparently growing number of authors (see Davidson 1993; Crane 1995; Campbell 2003; Gibb 2006; and Heil 2008). Even so, there is not much reason for hope: many other criticisms have been put forth.

This paper brings together those that seem to be the best reasons currently available for rejecting anomalous monism. Although these are not likely to be the reasons that actually motivated its rejection in the decades following 1970, I claim that they are the reasons why it *should* be rejected. One problem is that Davidson's argument for monism depends on the problematic claim that physics can provide strict (i.e. exceptionless) causal laws for every causal relation. An additional and independent problem affects the ontology of events assumed in Davidson's monism, which undermines its very possibility. The theses of mental anomalism and irreducibility, on the other hand, remain acceptable independently of Davidson's own arguments for them. Hence, the

story to be told here is that anomalous monism is to be rejected because of its specific form of monism, but not because of its anomalism.

Section 1 below presents Davidson's argument for anomalous monism, and shows how it depends on the claim that there are strict causal laws in physics. Section 2 argues that physics may be unable to offer laws of this sort, and that Davidson's argument crucially depends on them. Section 3 then considers the status of the theses of monism and mental anomalism apart from Davidson's argument discussed in section 1. It concludes that Davidson's monism faces independent problems due to difficulties in the ontology of events it assumes, but that the theses of mental anomalism and irreducibility remain acceptable.

### 1. The argument for anomalous monism\*

Davidson's argument for monism is usually seen as consisting of the following three premises (Davidson 1970, p. 208):

- P1. Interaction Principle: "at least some mental events interact causally with physical events".
- P2. Cause-Law Principle: "events related as cause and effect fall under strict deterministic laws".
- P3. Mental Anomalism: "there are no strict deterministic laws on the basis of which mental events can be predicted and explained".

Davidson counts an event as mental if it can be correctly described in mental or psychological terms, and as physical if it can be correctly described in physical terms (1970, pp. 210-211). Mental descriptions are those that include terms for propositional attitudes and create non-extensional contexts, and physical descriptions are those that contain only the physical vocabulary essentially (pp. 210-211).<sup>1</sup> As strict causal laws, Davidson counts general statements that contain no singular terms (for particular objects or instants of time), nor *ceteris paribus* conditions (Davidson 1995, pp.

---

\* The reader may go directly to the third paragraph ("From the above considerations...").

<sup>1</sup> By a non-extensional context Davidson has in mind the fact that it may not follow from, say, "John believes that he is seeing the morning star" that "John believes that he is seeing the evening star", even granted that "the morning star" and "the evening star" describe the same object – it may just be that John does not know this.

265-266). Given this understanding of the terms employed in the premises, the monist conclusion drawn by Davidson is that events that have mental descriptions and causally interact with physical events have also a physical description:

Suppose *m*, a mental event, caused *p*, a physical event [by P<sub>1</sub>]; then, under some description *m* and *p* instantiate a strict law [by P<sub>2</sub>]. This law can only be physical, according to the previous paragraph [in which P<sub>3</sub> is defended]. But if *m* falls under a physical law, it has a physical description. Which is to say it is a physical event [monist conclusion]. (1970, p. 224)

As we can see, the reasoning here depends crucially on the possibility of describing a mental event also in physical terms. The argument goes as follows. If a mental event causes or is caused by another event (by P<sub>1</sub>), it must (by P<sub>2</sub>) have a description that figures in a strict causal law. But P<sub>3</sub> denies that laws of this kind can be built from mental terms. So a strict law involving other, *non-mental* terms must cover the case.<sup>2</sup>

As others have noticed, Davidson needs (and sometimes seems to employ) a further premise in order to show that laws of the sort required by P<sub>2</sub> are *physical* laws (Davidson 1970, pp. 219, 223-224; 1993, p. 8; Johnston 1985, p. 411; Antony 2003, pp. 3-4). Following Johnston, Antony (2003, p. 4) suggests that such premise might be something like this:

P<sub>4</sub>. “There are strict laws only in physics”.

With the help of P<sub>4</sub>, we can conclude that mental events that causally interact with other events have physical descriptions – under which they instantiate physical strict laws – and are, therefore, physical events.

From the above considerations it might seem that Davidson’s argument for monism relies on premises P<sub>1</sub>-P<sub>4</sub>, but Antony has objected that assuming P<sub>4</sub> alters the form of the argument:

[Davidson] can appeal to P<sub>4</sub> [...] only at the cost of radically altering his argument. For if all strict laws are physical, then since all causal interactions require subsumption under strict law (by P<sub>2</sub>), it follows that all causal interactions, including *m*’s causing *p*, involve only events that are physical. So *m* is physical. We have reached monism from P<sub>4</sub> and P<sub>2</sub>! Such an argument, however, leaves no work for the anomalism of the mental (P<sub>3</sub>) in deriving the identity theory, which is proved before P<sub>3</sub> is even mentioned. (2003, p. 5)

---

<sup>2</sup> It is worth noting that, given P<sub>1</sub> and Davidson’s characterization of a ‘mental description’, the scope of the argument is doubly restricted: it covers only propositional attitudes that either cause or are caused by physical events (see 1970, pp. 208, 210; and Antony 2003, p. 2).



If these remarks are correct, then it is not true that P4 can be simply *added* to the argument. In fact P4 would replace P3.

For the discussion that follows, it suffices to note that P3 and P4 are compatible. P4 is actually equivalent to the conjunction of these two claims:

P4a. There are strict causal laws in physics.

P4b. No other science has strict causal laws.

There are strict causal laws *only* in physics if, and only if, first, physics has such laws, and, second, no other science has such laws. Thus, if psychology is not (reducible to, a part of) physics, P3 can be inferred from P4b.<sup>3</sup> Davidson, therefore, might still insist in an *anomalous* monism, as Antony himself acknowledges (2003, p. 5), even if P3 is not *necessary* to the argument for monism.

## 2. Physics and strict laws

What then is lacking in Davidson's argument for monism? P1, the claim that mental and physical events causally interact, is seldom objected in current philosophy, and has been with us at least since Elisabeth noted that its truth remained unexplained within Descartes's dualism.<sup>4</sup> It is widely assumed by philosophers working on mental causation (see, for example, Heil and Mele 1993, p. v), but even epiphenomenalists must be committed to it, since they assume that mental events are caused by physical events (see Lycan 2009, p. 557, n. 19). The claim that causal relations entail the existence of strict causal laws (P2), on its turn, has attracted some criticism (e.g. Burge 1983, p. 610, 1993, p. 112; and Fodor 1990, pp. 153-154), but this is definitively a controversial matter (see Schaffer 2008; see Armstrong 1997, ch. 14, for a defense). As for P3, there has been discussion of Davidson's arguments for it (e.g. McLaughlin 1985; Kim 1985; Yalowitz 1997, 2012, sec. 4); I will argue that it remains acceptable regardless of Davidson's own arguments.

P4, the claim that there are strict causal laws only in physics, faces more decisive problems. These have the form of objections to P4a, although they leave P4b – and consequently P3 – untouched. One criticism can be drawn from Nancy Cartwright's (1983) arguments against cover-

3 Of course, P4 is also consistent with denying P3. In such a case, one would need to identify somehow psychology with (parts of) physics.

4 See the letters by Elisabeth on May 6, June 10, and July 1, 1643, in Descartes and Elisabeth (2007).

ing-law accounts of scientific explanation (see also Canfield and Lehrer 1961). Cartwright denies the view “that nature is well-regulated; in the extreme, that there is a law to cover every case” (p. 49). Instead, she puts forth the thesis that “[c]overing laws are scarce” (p. 45), that “[w]hat happens on most cases is dictated by no law at all” (p. 49). By analyzing particular cases of what we usually take as instances of physical laws, Cartwright notes that they must be read as *ceteris paribus* laws. Otherwise, they would face counterexamples and be literally false. However, if we assume a *ceteris paribus* condition, those “generalizations may be true, but they cover only those few cases where conditions are right” (p. 45).

Similarly, Harbecke (2013) argues that physical causal laws are never strict. A necessary condition for a statement to describe a *causal* relationship is that it relates *two* events (or *two types* of events) that *follow* one the other in time (see Davidson 1967, pp. 154, 158; and Harbecke, p. 3). But if we look at physical equations (or at strict laws derived from them), Harbecke contends, we will see that they are not strict *causal* laws. Take for example the equation of ideal gases:  $PV = nRT$ .<sup>5</sup> From this equation – a ‘law schema’ in Harbecke’s terminology – we can derive the following strict law:

SL<sub>1</sub>: For all ideal gases of an amount of  $n$  moles in a container of volume  $V$ , if the gas acts with pressure  $P$  onto the walls of the container, then its temperature equals  $PV/nR$ . (Harbecke 2013, p. 4)

But SL<sub>1</sub> describes relations between the properties of a single object – an amount of gas – at a single instant of time: we can know the value of any one of mentioned attributes, at that instant, if we know the values of the others, at that same time. Thus, SL<sub>1</sub>, albeit strict, is not causal.

On the other hand, if we turn SL<sub>1</sub> into a causal statement that describes a sequence of two events, we might get something like this:

CL<sub>1</sub>: For all ideal gases of an amount of  $n$  moles that are coupled to an ideal heat bath of temperature  $T$ , if at time  $t$  the gas is in a container of volume  $V$  and has pressure  $P=nRT/V$ , then, if a particular force is applied to the container at time  $t$  altering its volume to  $V'$  in a reversible manner until time  $t'$ , the pressure of the gas at time  $t'$  is given by  $P'=nRT/V'$ . (Harbecke 2013, p. 5)

CL<sub>1</sub>, as opposed to SL<sub>1</sub> and the ideal gas equation, describes the evolution of a system over time. As Harbecke argues, however, we need to assume a lot of idealization in order for CL<sub>1</sub> not to face counterexamples: “if the gas container described above is taken out of the heat bath that thermo-

5 Where ‘P’ = ‘absolute pressure’, ‘V’ = ‘volume’, ‘n’ = ‘number of moles’, ‘R’ = ‘universal gas constant’, and ‘T’ = ‘absolute temperature’.

dynamics assumes it to hover in, the ideal gas law would still apply to it, but CL<sub>1</sub> would almost certainly be falsified” (pp. 6-7). As a result, we have at least two general kinds of theoretical statements: *non-causal* laws and law schemata that can be strict, and *non-strict* derived laws that are causal. If we take Cartwright’s and Harbecke’s arguments together, we have that current physics may provide laws that are strict, i.e. exceptionless, only for those highly restricted contexts where ideal conditions are satisfied. Most mundane events seem to be, at least presently, covered by no law of physics that is at once causal and strict – which is why we lack a rationale for accepting P<sub>4a</sub> and, consequently, P<sub>4</sub>.

One might try to reply that for Davidson a strict law “one could at best hope to find in a developed physics” (Davidson 1993, p. 8), and that the physical laws investigated by Cartwright and Harbecke are, in contrast, laws of an evolving physics. Davidson might not require the actual existence of causal strict laws, but only a promise that they eventually might be found. However, even if this promise can be justified, the reply is not consistent with the way Davidson defines a physical event, and thus also cannot support monism. An event is said to be physical if it is “picked out by descriptions [...] that contain only the physical vocabulary essentially” (1970, p. 211). But it is hard to see how a nonexistent description could pick out anything you like, that is, how an event can have a physical description that does not exist (see Glüer 2011, p. 260, n. 12 for a similar criticism).

### 3. Monism and anomalism independently considered

We must conclude, I think, that Davidson’s argument for monism is lacking. However, this does not amount to saying that anomalous monism itself fails. At least in principle, an alternative argument might be offered. For instance, one might take anomalous monism as a conjunction of mental anomalism and monism – as Davidson himself seems to allow (1970, p. 213) – and look for individual support for each. In the remaining of this paper, I briefly discuss the prospects of this alternative line of reasoning.

One of the consequences of mental anomalism is that we cannot predict mental events based only on our physical knowledge – and this is so even if monism is true, that is, if mental terms describe (a subset of) events that can also be physically described.<sup>6</sup> So, for example, suppose

<sup>6</sup> The following remarks concern only psychophysical anomalism, the thesis denies psychophysical laws (or bridge laws) of the form “(x) (Px ↔ Mx)”, where ‘x’ varies over events and ‘Px’ and ‘Mx’ are, respectively, a physical and a mental predicate. Given the central role of such laws in reductive accounts, it is worth noting

that three events –  $a$ ,  $b$ ,  $c$  – can be described as  $Pa$ ,  $Qb$ , and  $Qc$ , where ‘ $Px$ ’ and ‘ $Qx$ ’ are physical predicates. And suppose further that  $a$  and  $b$  can also be described as  $Ma$  and  $Nb$ , where ‘ $Mx$ ’ and ‘ $Nx$ ’ are mental predicates. If psychophysical anomalism is true, we would never be able to infer  $Nc$  from such facts, because there are no true statements of the form “ $(x) (Qx \leftrightarrow Nx)$ ”. And this is the same as saying that scientific statements containing mental predicates cannot be reduced to statements without them.

A great deal of confidence in the possibility of reduction comes nowadays from advances in the study of the brain. Christof Koch claims that “true mind reading is, at least in principle, possible” (2012, p. 29). This is motivated in part from the discovery of what he calls *concept neurons* (see p. 65). These are neuronal cells that are activated by (and only by) very specific stimuli, such as different images of single famous artist or place:

One hippocampal neuron responded only to seven different photos of the movie star Jennifer Aniston but not to pictures of other blonde women or actresses. Another cell in the hippocampus fired only to the actress Halle Berry, including a cartoon of her and her name spelled out. [...] Each cell, together with its sisters [...] encodes a concept, such as Jennifer Aniston, no matter whether the patient sees or hears her name, looks at her picture, or imagines her. (p. 65; see also Quiñones Quiroga et al. 2005)

Given this narrow connection between a single cell or a small group of cells, on the one hand, and a specific mental content, on the other, it might seem that we have now found precisely the kind of connection denied by Davidson’s psychophysical anomalism. But this is just apparent. Nothing in these studies seems to entail that the same kind of mental content will be invoked when “the same” nerve cells is activated in the heads of other people, neither, perhaps, in a single person over large time intervals.<sup>7</sup> The relation between a certain neural concept and its content over time is not fully accounted for by those studies, because they deal with individual persons in relatively short intervals of time (7-10 days, according to Quiñones Quiroga et al. 2005, p. 1106). Therefore, the possibility of mental psychophysical (or ‘psychoneural’) anomalism – i.e., that there might not be two predi-

---

that this thesis alone suffices for denying the reducibility of generalizations including mental predicates to generalization without them (see, e.g., Fodor 1974, p. 98). As for purely psychological laws, there are no laws of psychology currently regarded as strict causal laws.

<sup>7</sup> I will leave open here whether it makes sense to regard two single cells, one in the brain of a person and another in the brain of someone else, as “the same” in the sense of having some trait in common (relative spatial location, function etc.) that is not also shared by other cells in those same brains. If that cannot be done, we are still farther from strict psychophysical laws.

cates, one mental and one physical, true in the same and only in the same circumstances – seems to remain quite open: it is not refuted even by those that seem now the most advanced studies in the opposite direction.<sup>8</sup>

Davidson's monism – the thesis that mental events have also physical descriptions – is in a different condition. Although most philosophers and scientists nowadays are physicalists (see Bourget and Chalmers, forthcoming), the specific kind of physicalism each endorses varies greatly. Regarding Davidson's monism, its very *possibility* is dubious given difficulties with the ontology of events it assumes. Davidson's monism requires that a single mental event may be described in both mental and physical terms. Although in some individual and relatively simple cases we can offer different descriptions of a single event – Socrates' death may be redescribed as “The death of Plato's teacher” – it is difficult to provide an identity criterion for events in general, as the thesis of monism requires. Davidson's initial claim was that events are identical if and only if they have the same causes and effects (1969, p. 179). He later acknowledged that this criterion is circular, since it individuates events in terms of causes and effects, which turn out to be events too (Davidson 1985, p. 309).

In place of his original identity criterion, Davidson later favored a Quinean conception of events as concrete particulars – not essentially distinct from physical objects – to be identified on the basis of their spatiotemporal location (1985, p. 309). The problem with this conception is that Davidson himself had previously described the possibility of a ball becoming warmer and rotating 35 degrees simultaneously (Davidson 1969, p. 178). The suggestion is that more than one event can occur at the same space-time location – which can be seen as a counterexample to a conception of events as concrete particulars (see Lombard 1998, p. 283). The very *possibility* of Davidsonian monism becomes dubious in the absence of a satisfactory answer to this sort of criticism, and some have opted for its rejection (see Schneider 2013, pp. 148-9; 2012, p. 720, n. 3; see also Latham 2003 and Marcus 2006).

---

8 Other researchers explicitly endorse the irreducibility of content descriptions to brain descriptions. For example, Naomi Goldblum (2001, p. 13) says: “I believe that we can learn a great deal about how our minds work, about the *processes* of our thinking, by studying the workings of the brain. The *contents* of our minds, on the other hand, will always need to be studied separately”. William Domhoff (2003, p. 9) makes a similar claim concerning the study of dreams: “The neural substrate for dreaming [...] may account for other formal features of dreaming [...]. However, the neural substrate cannot account for the narrative nature of dreaming or the substance of dreaming content”.

## Conclusion

Given what was said so far, it seems fair to conclude that if anomalous monism is to be rejected for any reason at all, it should be because of its difficulties with the justification of monism. Davidson's own argument fails because it depends on the probably false assumption that physics has strict causal laws that can cover all events that causally interact with physical events, including mental events. But as we have seen, the very possibility of a single event having both a mental and a physical description is undermined by difficulties in providing an adequate ontology of events. The theses of mental anomalism and irreducibility, in turn, remain consistent with our current knowledge of mind and brain, and can thus be accepted even by someone unpersuaded of Davidson's own argument for them.

## References

Note: the year of original publication is indicated within brackets whenever a reprint was used.

Antony, M. "Davidson's Argument for Monism". *Synthese* 135 (2003): 1-12.

Armstrong, D. *A World of States of Affairs*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Bourget, D. and Chalmers, D. "What do philosophers believe?" *Philosophical Studies* (forthcoming).

Burge, T. "Essays on Actions and Events, by Donald Davidson". *Ethics* 93.3 (1983): 608-611.

\_\_\_\_\_. "Mind-Body Causation and Explanatory Practice". In: J. Heil and A. Mele (1993), p. 97-120.

Campbell, N. "Causes and Causal Explanations: Davidson and his Critics". *Philosophia* 31 (2003): 149-157.

Canfield, J. and Lehrer, K. "A Note on Prediction and Deduction". *Philosophy of Science* 28 (1961): 204-208.

Cartwright, N. *How the Laws of Physics Lie*. Oxford: Oxford University Press, 1983.

Crane, T. "The Mental Causation Debate". *Proceedings of the Aristotelian Society* 69 (1995): 211-236.

Davidson, D. "Causal relations" [1967a]. In: Davidson (2001), p. 149-162.

\_\_\_\_\_. *Essays on Actions and Events*. 2<sup>nd</sup> ed. Oxford: Clarendon Press, 2001.

\_\_\_\_\_. "Laws and Cause". *Dialectica* 49.2-4 (1995): 263-279.

\_\_\_\_\_. "Mental Events" [1970]. In: Davidson (2001), p. 207-225.

- \_\_\_\_\_. "Reply to Quine on Events" [1985]. In: Davidson (2001), p. 305-311.
- \_\_\_\_\_. "The Individuation of Events" [1969]. In: Davidson (2001), p. 163-180.
- \_\_\_\_\_. "Thinking Causes". In: J. Heil & A. Mele (1993), p. 3-17.
- Descartes, R. and Elisabeth. *The Correspondence between Princess Elisabeth of Bohemia and René Descartes*. Ed. and Transl. by L. Shapiro. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
- Domhoff, G. *The Scientific Study of Dreams: Neural Networks, Cognitive Development, and Content Analysis*. Washington: American Psychological Association, 2003.
- Elgin, M. "There May be Strict Empirical Laws in Biology, after all". *Biology and Philosophy* 21.1 (2006): 119-134.
- Fodor, J. "Special Sciences, or the Disunity of Science as a Working Hypothesis". *Synthese* 28 (1974): 97-115.
- \_\_\_\_\_. *Psychosemantics: The Problem of Meaning in the Philosophy of Mind*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990.
- Gibb, S. "Why Davidson is not a Property Epiphenomenalist". *International Journal of Philosophical Studies* 14 (2006): 407-422.
- Goldblum, N. *The Brain-Shaped Mind: What the Brain can Tell us About the Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- Harbecke, J. "On the Distinction Between Law Schemata and Causal Laws". *Acta Analytica* [Online] (2013):1-12.
- Heil, J. "Anomalous Monism". In: H. Dyke (ed.), *From Truth to Reality: New Essays in Metaphysics*, p. 85-98. London: Routledge, 2008.
- Heil, J.; Mele, A. (eds.) *Mental Causation*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- Honderich, T. "The Argument for Anomalous Monism". *Analysis* 42 (1982): 59-64.
- Johnston, M. "Why Having a Mind Matters". In: E. Lepore and B. McLaughlin (1985), p. 408-426.
- Kim, J. "Can Supervenience and 'Non-Strict Laws' Save Anomalous Monism?". In: J. Heil and A. Mele (1993), p. 19-26.
- \_\_\_\_\_. "Psychophysical Laws". In: Lepore & McLaughlin (1985), p. 369-386.
- \_\_\_\_\_. "The Myth of Non-reductive Materialism". *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association* 63 (1989): 31-47.
- Koch, C. *Consciousness: Confessions of a romantic reductionist*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2012.

- Latham, N. "What is Token Physicalism?". *Pacific Philosophical Quarterly* 84.3 (2003): 270-290.
- Lombard, L. "Ontologies of Events". In: C. Macdonald and S. Laurence (eds.), *Contemporary Readings in the Foundations of Metaphysics*. Oxford: Blackwell, 1998.
- Lycan, W. "Giving Dualism its Due". *Australasian Journal of Philosophy* 87.4 (2009): 551-563.
- Marcus, E. "Events, Sortals, and the Mind-Body Problem". *Synthese* 150 (2006): 99-129.
- McLaughlin, B. "Anomalous Monism and the Irreducibility of the Mental". In: E. Lepore and B. McLaughlin (eds.), *Actions and Events: Perspectives on the Philosophy of Donald Davidson*, pp. 331-368. Oxford: Basil Blackwell, 1985.
- \_\_\_\_\_. "On Davidson's Response to the Charge of Epiphenomenalism". In: J. Heil e A. Mele (1993), p. 27-40.
- Quian Quiroga, R.; Reddy, L.; Kreiman, G.; Koch, C.; and Fried, I. "Invariant Visual Representation by Single Neurons in the Human Brain". *Nature* 435 (2005): 1102-1107.
- Schaffer, J. "The Metaphysics of Causation". In: E. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2008 Edition). Available at: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/causation-metaphysics/>>. Access on: 5 Dec. 2013.
- Schneider, S. "Non-Reductive Physicalism and the Mind Problem". *Noûs* 47.1 (2013): 135-153.
- \_\_\_\_\_. "Non-Reductive Physicalism Cannot Appeal to Token Identity". *Philosophy and Phenomenological Research* 85.3 (2012): 719-728.
- Sosa, E. "Davidson's Thinking Causes". In: J. Heil and A. Mele (1993), pp. 41-50.
- Yalowitz, S. "Anomalous Monism". In: E. Zalta (ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2012 Edition). Available at: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/anomalous-monism/>>. Access on: 5 Dec. 2013.
- \_\_\_\_\_. "Rationality and the argument for anomalous monism". *Philosophical Studies* 87.3 (1997): 235-258.



## DISCUSSÃO

O ARTIGO 1 desta dissertação enfatizou o seguinte conjunto de teses como cruciais para a defesa que Davidson oferece do monismo anômalo:

1. A tese ontológica de que eventos são particulares que *podem* ser variadamente descritos, inclusive em termos mentais e físicos.
2. Premissa da interação causal (P<sub>1</sub>): Eventos com descrição mental interagem causalmente com eventos com descrição física.
3. Premissa do caráter nomológico da causalidade (P<sub>2</sub>): Eventos relacionados causalmente têm descrições que figuram numa lei causal estrita.
4. Anomalia do mental (P<sub>3</sub>): Não há leis causais estritas formuladas em termos mentais.
5. Leis estritas físicas (P<sub>4</sub>): Só há leis causais estritas na física.

Como vimos, Davidson infere sua tese monista desse conjunto, a qual diz que todo evento mental que interage causalmente com um evento físico tem, além de uma descrição mental, uma descrição física. Isso quer dizer, pelo critério adotado por Davidson, que o evento mental é também físico. Além disso, esse monismo é dito anômalo por ser defendido, em parte, a partir da tese da anomalia do mental.

Vimos também que diversas críticas foram dirigidas às teses e argumentos de Davidson, e os três artigos finais se concentraram em discutir algumas dessas críticas. Os ARTIGOS 2 e 3 buscaram avaliar a chamada objeção de epifenomenismo, talvez a mais difundida na literatura sobre o monismo anômalo. Essa objeção pretende desestabilizar o argumento de Davidson mostrando que uma tese indesejável se segue das premissas P<sub>2</sub>, P<sub>3</sub> e P<sub>4</sub>, a saber, a tese do epifenomenismo de propriedades – como no argumento a seguir:

6.  $P_2 \ \& \ P_3 \ \& \ P_4 \ \rightarrow \ EP$
7.  $\sim EP$
8. Logo,  $\sim(P_2 \ \& \ P_3 \ \& \ P_4)$ .

A premissa (6) diz que o epifenomenismo de propriedades (EP) segue-se da conjunção das premissas P<sub>2</sub>, P<sub>3</sub> e P<sub>4</sub> do argumento de Davidson, e (7) diz a tese do epifenomenismo de propriedades é falsa. Como busquei argumentar, nenhuma dessas premissas está bem estabelecida. A conclusão do ARTIGO 2 foi que (6) é falsa, isto é, que o epifenomenismo de propriedades não se segue das premissas indicadas. Embora EP siga-se das premissas indicadas complementadas com outras teses, não é claro que Davidson precisaria aceitar essas teses adicionais. Consequentemente, ainda que o epifenomenismo seja de fato falso, isso não seria um problema para o monismo anômalo. O ARTIGO 3, por sua vez, investigou se o epifenomenismo de propriedades é de fato falso. Sua conclusão foi que não há razões decisivas para rejeitá-lo, e que essa tese é melhor vista como uma possibilidade em aberto no interior de teorias materialistas não-reducionistas da mente, tal como o monismo anômalo. Assim, ainda que o monismo anômalo implicasse o epifenomenismo de propriedades, estaria em aberto a questão de se isso o falsearia. Em conjunto, portanto, o que esses dois artigos sugerem é que a objeção de epifenomenismo não é capaz de justificar a rejeição do monismo anômalo.

Por fim, tendo sido rejeitada a principal crítica que o monismo anômalo recebeu, o ARTIGO 4 buscou averiguar se haveria razões alternativas para rejeitá-lo. A conclusão a que chega é que os problemas mais sérios repousam na premissa P<sub>4</sub> e na ontologia de eventos que serve de base para o monismo anômalo. P<sub>4</sub> é problemática por supor que a física pode fornecer leis causais estritas para relações causais em geral. Como busquei argumentar, não é nada claro que existam ou venham a existir leis desse tipo e com essa abrangência. Adicionalmente, há dúvidas sobre os critérios de identidade de eventos propostos por Davidson, o que coloca em questão a própria possibilidade de um mesmo evento poder ser descrito tanto em termos mentais quanto físicos. Sem essa possibilidade, no entanto, é impossível um monismo do tipo que Davidson buscou defender.

## CONCLUSÃO

A discussão precedente sugere que devemos revisar a lista de razões pelas quais devemos rejeitar o monismo anômalo. Contrariamente a uma concepção bastante difundida, essa teoria não deve ser rejeitada com base em suas supostas consequências epifenomenistas, mas antes por problemas no argumento para o monismo e na ontologia de eventos que lhe serve de pano de fundo. O argumento para o monismo é problemático por depender de P4 – a tese, aparentemente falsa, de que a física, e apenas a física, pode fornecer leis causais estritas para toda e qualquer relação causal. E a ontologia de eventos como particulares é problemática por não ter sido oferecido um critério de identidade de eventos satisfatório, já que tanto a proposta original, quanto a versão alternativa que Davidson adotou foram consideradas insuficientes. Na falta de uma resposta convincente a esses desafios, proponho aqui, é por essas razões que deveríamos rejeitar o monismo anômalo. A tese da anomalia do mental, vale dizer, não é vulnerável a essas mesmas críticas, e pode bem permanecer aceitável.